



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PLANO DE PREPARAÇÃO DO SETOR SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA PARA OS IMPACTOS DO EL NIÑO 2026-2027



VIGIDESASTRES/RR



CHUVA INTENSA



BAIXA UMIDADE



VENTANIA



ONDAS DE CALOR



Boa Vista – RR



2026

**PLANO DE PREPARAÇÃO DO SETOR SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA
PARA OS IMPACTOS DO EL NIÑO 2026–2027**

**GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAU/RR
COORDENADORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – CGVS
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL – DVA
VIGIDESASTRES/RR**

VERSÃO 1

Boa Vista – RR

2026

Elaboração/Revisão Técnica

Valdirene de Oliveira Cruz

Coordenadora Geral de Vigilância em Saúde – CGVS/SESAU/RR

Vanessa Barros Rodrigues

Diretora do Departamento de Vigilância Ambiental – DVA/CGVS/SESAU

Guaracy Cabral de Lavor Junior

Gerente do Núcleo de Vigilância em Desastres – VIGIDESASTRES/DVA/CGVS/SESAU

Maria Luiza Viana de Amorim

Apoiadora do Programa Vigidesastres – NVD/DVA/CGVS/SESAU/RR

COLABORADORES

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – CGVS

COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO BÁSICA – CGAB

COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA – CGAE

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SESAU

COORDENADORIA GERAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – CGAF

**COORDENADORIA GERAL REGULAÇÃO, AVALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE DO SUS –
CGRAC**

COORDENADORIA GERAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CGUE

COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO – CGPLAN

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CGA

APRESENTAÇÃO

O Plano de Preparação do Setor Saúde do Estado de Roraima para os Impactos do El Niño 2026–2027 constitui instrumento de organização e orientação das ações do Sistema Único de Saúde no âmbito estadual diante dos possíveis impactos decorrentes do fenômeno climático sobre a saúde da população, os territórios e o funcionamento da rede de serviços.

Sua elaboração ocorre em um contexto de intensificação do fenômeno El Niño no segundo semestre de 2026 e de mobilização nacional do Sistema Único de Saúde para preparação dos estados e municípios. Em junho de 2026 foi confirmada a configuração do El Niño, com previsão de permanência pelo menos até o início de 2027. Em 1º de setembro de 2026, o Boletim nº 3 do Painel El Niño indicou probabilidade superior a 90% de ocorrência de um evento classificado como muito forte no trimestre setembro–outubro–novembro de 2026 (CEMADEN, 2026; INMET, 2026a).

Para a Região Norte, os cenários nacionais apontam, entre os principais riscos, para redução e irregularidade das precipitações, intensificação da seca e da estiagem, temperaturas acima da média e aumento das condições favoráveis às queimadas e aos incêndios florestais. Esses efeitos apresentam particular importância para Roraima devido à sazonalidade climática do estado, à extensão territorial, às desigualdades de acesso aos serviços, à presença de populações indígenas e comunidades de difícil acesso e ao histórico de impactos provocados por períodos prolongados de estiagem e incêndios florestais (BRASIL, 2026a; CEMADEN, 2026).

Nesse contexto, o Plano busca estabelecer uma referência comum para a atuação das diferentes áreas da Secretaria de Estado da Saúde, definindo mecanismos de monitoramento, níveis operacionais, responsabilidades, articulação intersetorial, comunicação, indicadores e medidas de preparação e resposta. Ao mesmo tempo, reconhece as competências dos municípios e a necessidade de cooperação entre os diferentes níveis de gestão do SUS.

O documento será desenvolvido de forma participativa, especialmente no que se refere à Matriz de Ações das Áreas Técnicas por Nível Operacional, a ser construída pelas coordenações, departamentos e demais setores envolvidos. Essa estratégia tem como objetivo assegurar que as ações propostas

correspondam às atribuições, capacidades, recursos e responsabilidades reais de cada área.

Considerando que previsões climáticas possuem caráter probabilístico e que a situação pode sofrer mudanças ao longo dos meses, este Plano deverá ser entendido como um instrumento dinâmico, sujeito a revisões conforme a evolução do El Niño, as informações produzidas pelos sistemas de monitoramento e os impactos identificados no território.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

2.2 Objetivos Específicos

3. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA

4. CARACTERIZAÇÃO DO EL NIÑO E DO CENÁRIO CLIMÁTICO 2026–2027

4.1 Caracterização do território e histórico de eventos

4.1.1 Caracterização climática

4.1.2 Fatores de exposição e vulnerabilidades territoriais e populacionais associados

4.1.3 Histórico de eventos climáticos, ambientais e desastres relevantes para o Estado

4.1.4 Lições aprendidas em eventos anteriores

4.1.5 Relação entre alterações climáticas e principais agravos à saúde

5. CAPACIDADE INSTALADA DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

6. NÍVEIS OPERACIONAIS

7. MATRIZ DE AÇÕES DAS ÁREAS TÉCNICAS POR NÍVEL OPERACIONAL

8. NECESSIDADE DE APOIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno El Niño corresponde ao aquecimento anômalo e persistente das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, acompanhado de alterações na circulação atmosférica que podem influenciar os padrões de temperatura e precipitação em diferentes regiões. Seus efeitos não são uniformes e dependem da intensidade do fenômeno, da localização geográfica, do período do ano e da interação com outros sistemas atmosféricos. Para o planejamento em saúde, portanto, o El Niño deve ser compreendido como um condicionante de risco, e não como determinante isolado da ocorrência de um evento específico (CEMADEN, 2026a).

No Brasil, os impactos do El Niño apresentam características distintas entre as regiões. Na Região Norte, o fenômeno está associado, de modo geral, a maior probabilidade de redução das precipitações e agravamento das condições de seca, podendo favorecer a redução da disponibilidade hídrica, o ressecamento da vegetação e o aumento do risco de queimadas e incêndios florestais. Para o ciclo 2026–2027, as avaliações do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais apontam o agravamento da seca e o aumento do risco de incêndios entre os principais impactos potenciais para as regiões Norte e Nordeste, reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo das condições meteorológicas, hidrológicas e ambientais (CEMADEN, 2026a; CEMADEN, 2026b).

Em Roraima, o cenário associado ao El Niño 2026–2027 merece especial atenção por coincidir com a transição e o desenvolvimento do período sazonalmente mais seco do estado. O El Niño foi confirmado em junho de 2026 e os modelos passaram a indicar elevada probabilidade de sua permanência até, pelo menos, o início de 2027. Para Roraima, as previsões sazonais já indicavam possibilidade de chuvas abaixo da média, enquanto o cenário nacional para o segundo semestre de 2026 aponta temperaturas acima da média e redução das precipitações em grande parte do centro-norte do país. Essas condições podem favorecer a intensificação da seca e da estiagem, o aumento do risco de incêndios florestais, a redução da disponibilidade de água e alterações na qualidade do ar. As projeções, entretanto, possuem caráter probabilístico e

devem ser continuamente atualizadas pelos órgãos oficiais. Essa ressalva é fundamental para evitar uma leitura determinística do fenômeno e manter o Plano responsivo às mudanças do cenário (CEMADEN, 2026b; CEMADEN, 2026c).

Em Roraima, as características territoriais podem ampliar a exposição e a vulnerabilidade da população diante desses eventos. A grande extensão territorial, a baixa densidade populacional em amplas áreas, as longas distâncias entre localidades, a concentração de serviços especializados em Boa Vista, a presença de territórios indígenas e de comunidades rurais, fronteiriças e de difícil acesso impõem desafios particulares para o deslocamento de equipes e usuários, transporte de medicamentos e insumos, abastecimento de água e manutenção da assistência. Nesse contexto, destacam-se como situações prioritárias para a preparação do setor Saúde a seca e a estiagem, o calor extremo, a baixa umidade do ar, as queimadas e os incêndios florestais, além de condições associadas, como redução da disponibilidade e da qualidade da água, exposição à fumaça e possíveis interrupções de serviços essenciais.

A combinação entre temperaturas elevadas, baixa umidade, seca e incêndios florestais pode produzir diferentes repercussões sobre a saúde. O calor excessivo pode favorecer desidratação, estresse e exaustão térmica e agravar doenças cardiovasculares, respiratórias e renais. A exposição à fumaça e aos poluentes atmosféricos produzidos pelas queimadas pode contribuir para o aumento e agravamento de doenças respiratórias e cardiovasculares, enquanto a redução da disponibilidade de água pode comprometer práticas de higiene, aumentar a utilização de fontes alternativas e favorecer condições inadequadas de armazenamento domiciliar. Também devem ser consideradas possíveis alterações na dinâmica de vetores, na segurança alimentar e nutricional e nas condições de saúde mental das populações afetadas. Esses efeitos reforçam a necessidade de preparar simultaneamente a população, os trabalhadores e a própria rede de saúde, considerando infraestrutura, equipes, insumos, medicamentos, abastecimento de água, energia, transporte e comunicação.

Os impactos climáticos também podem ocorrer de forma combinada ou em cascata, ampliando a exposição e as vulnerabilidades existentes. Em Roraima, períodos prolongados de redução das chuvas podem diminuir os níveis

de rios, igarapés, poços e outras fontes de abastecimento, ao mesmo tempo em que favorecem o ressecamento da vegetação e aumentam a suscetibilidade ao fogo. A ocorrência de incêndios pode, por sua vez, comprometer a qualidade do ar, atingir áreas produtivas e comunidades, dificultar deslocamentos e aumentar a demanda por atendimento. Em territórios remotos ou de difícil acesso, esses efeitos podem ser potencializados pela distância dos serviços de referência e pelas limitações logísticas. Assim, o risco à saúde resulta da interação entre condições climáticas e ambientais, características territoriais, exposição, vulnerabilidades socioambientais e capacidades de prevenção, preparação e resposta.

A experiência observada durante o episódio de El Niño de 2023/2024 reforça a importância dessa preparação. Roraima vivenciou uma forte estiagem, acompanhada por expressivo aumento dos focos de calor e dos incêndios florestais. Em fevereiro de 2024, nove municípios do estado encontravam-se em situação de emergência em decorrência dos efeitos da seca, sendo que sete possuíam comunidades indígenas. Foram registrados impactos sobre fontes de água, roças, áreas de produção e comunidades, além da diminuição dos níveis dos rios e da seca de poços em territórios indígenas. No período, dados oficiais apontaram milhares de focos de queimadas e uma das situações de incêndio mais críticas registradas no estado nas últimas décadas (BRASIL, 2024a; FUNAI, 2024).

Esse episódio evidenciou que os impactos da seca e dos incêndios em Roraima ultrapassam a dimensão ambiental e podem repercutir simultaneamente sobre disponibilidade hídrica, segurança alimentar, qualidade do ar, condições de trabalho, deslocamento das populações e funcionamento dos serviços públicos. Evidenciou também a necessidade de considerar as especificidades dos povos indígenas e das comunidades de difícil acesso e de fortalecer a articulação entre saúde, proteção e defesa civil, meio ambiente, abastecimento de água, saúde indígena e demais instituições envolvidas na preparação e resposta.

Diante desse contexto, a elaboração do presente Plano justifica-se pela necessidade de antecipar riscos, organizar responsabilidades, identificar populações e territórios prioritários e fortalecer a capacidade do setor Saúde para atuar antes, durante e após o agravamento das condições climáticas associadas

ao El Niño 2026–2027. A atuação articulada entre Vigilância em Saúde, Atenção à Saúde, rede assistencial, gestão, comunicação, municípios, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, órgãos ambientais e de recursos hídricos, Distritos Sanitários Especiais Indígenas, instituições de ensino e pesquisa e demais setores parceiros permite qualificar a tomada de decisão e construir respostas proporcionais à evolução do cenário.

Desse modo, o Plano de Preparação do Setor Saúde do Estado de Roraima para os Impactos do El Niño 2026–2027 tem como finalidade orientar ações de preparação, monitoramento, prevenção e resposta, contribuindo para reduzir riscos e impactos sobre a saúde da população, proteger os grupos e territórios mais vulneráveis e assegurar a continuidade dos serviços essenciais de saúde.

Como eixo orientador, propõe-se que a preparação seja acompanhada por um ciclo permanente de monitorar → analisar → antecipar → agir → avaliar → aprender, permitindo que os dados produzidos durante o acompanhamento do cenário e as lições decorrentes dos eventos sejam incorporados às revisões do Plano e ao fortalecimento contínuo da capacidade de preparação e resposta do setor Saúde de Roraima.

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Orientar a preparação do setor Saúde do Estado de Roraima frente aos potenciais impactos associados ao fenômeno El Niño 2026–2027, por meio da organização de ações de monitoramento, prevenção, preparação e resposta, considerando os riscos climáticos, ambientais, epidemiológicos e assistenciais, as vulnerabilidades territoriais e populacionais e a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais de saúde.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar e acompanhar os principais riscos climáticos, ambientais e sanitários associados ao El Niño 2026–2027 no território de Roraima;

- identificar municípios, territórios e grupos populacionais com maior exposição e vulnerabilidade aos impactos da seca, estiagem, calor extremo, baixa umidade, queimadas e incêndios florestais;
- fortalecer o monitoramento integrado de informações meteorológicas, hidrológicas, ambientais, epidemiológicas e assistenciais para subsidiar a tomada de decisão;
- estabelecer níveis operacionais que permitam intensificar progressivamente as ações do setor Saúde conforme a evolução do cenário e dos riscos identificados;
- definir responsabilidades e ações das áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde nos diferentes níveis operacionais;
- fortalecer a articulação entre o Estado, os municípios, Distritos Sanitários Especiais Indígenas e demais instituições envolvidas na preparação e resposta;
- ampliar a capacidade de detecção precoce de alterações no perfil epidemiológico e assistencial potencialmente relacionadas aos eventos climáticos;
- promover medidas de proteção à saúde das populações mais vulneráveis e dos trabalhadores expostos aos eventos climáticos e ambientais;
- fortalecer a capacidade de preparação e continuidade operacional da rede de saúde diante de possíveis impactos sobre abastecimento de água, energia, transporte, comunicação, medicamentos, insumos e recursos humanos;
- orientar ações de comunicação de risco voltadas aos serviços de saúde, gestores, trabalhadores e população;
- sistematizar informações, experiências e lições aprendidas durante a implementação do Plano, contribuindo para seu aperfeiçoamento e para o fortalecimento da preparação do SUS frente às emergências climáticas.

3. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA

Roraima está localizado no extremo norte do Brasil, integra a Região Norte e a Amazônia Legal e possui posição geográfica singular, com extensa faixa de fronteira internacional com a República da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana, além de limites estaduais com Amazonas e Pará. O Estado é constituído por 15 municípios e possui Boa Vista como capital. Sua área territorial é de 223.505,058 km² e, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 2025, sua população é de 738.772 habitantes. No Censo Demográfico de 2022 foram contabilizados 636.707 habitantes, correspondendo a uma densidade demográfica de apenas 2,85 habitantes/km² (IBGE, 2022; IBGE, 2025).

A distribuição da população no território é bastante desigual. Boa Vista concentra a maior parcela da população estadual, enquanto os demais habitantes encontram-se distribuídos entre sedes municipais, áreas rurais, comunidades indígenas, assentamentos e localidades remotas. Associada à grande extensão territorial, essa configuração impõe particularidades ao planejamento das políticas públicas e à organização das ações e serviços de saúde, especialmente quanto aos deslocamentos, ao acesso oportuno à assistência e à capacidade de resposta diante de situações que demandem mobilização simultânea do Estado e dos municípios. No âmbito do Sistema Único de Saúde, Roraima está organizado em duas Regiões de Saúde, Centro-Norte e Sul, configuração considerada no planejamento regional integrado da SESAU/RR.

A presença dos povos indígenas constitui característica fundamental da organização demográfica, territorial e cultural de Roraima. O Censo Demográfico de 2022 registrou 97.320 pessoas indígenas, correspondendo a 15,29% da população estadual, maior proporção entre as unidades da Federação. A presença indígena é particularmente expressiva nos municípios de Uiramutã, Normandia, Amajari, Alto Alegre e Pacaraima, além de numericamente importante em Boa Vista. Essa distribuição deve ser considerada na preparação do setor Saúde, especialmente em razão das particularidades territoriais,

culturais, ambientais e logísticas relacionadas ao acesso às populações residentes em Terras Indígenas e áreas de difícil acesso (IBGE, 2022; RORAIMA, 2026).

Do ponto de vista ambiental, o território apresenta grande diversidade de paisagens, variando de formações de savana, regionalmente conhecidas como lavrado, predominantes sobretudo no centro-nordeste, a extensas áreas de floresta amazônica no sul e oeste, além de campinas e campinaranas. Essa heterogeneidade ambiental é acompanhada por diferenças espaciais no regime de precipitação, disponibilidade hídrica, cobertura vegetal e suscetibilidade ao fogo, fazendo com que as condições de exposição aos eventos climáticos não sejam homogêneas em todo o Estado. O Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima constitui uma das principais bases estaduais para compreensão dessas diferenças territoriais (RORAIMA, 2022).

A hidrografia também possui papel estruturante, com destaque para a bacia do rio Branco e sua extensa rede de rios e igarapés, importantes para o abastecimento, atividades produtivas, mobilidade de determinadas comunidades e manutenção dos ecossistemas. Dessa forma, alterações prolongadas no regime de precipitação podem produzir repercussões que ultrapassam o componente ambiental, alcançando a segurança hídrica, as atividades econômicas, as condições de vida e, conseqüentemente, a saúde da população.

A combinação entre grande extensão territorial, baixa densidade demográfica, concentração populacional na capital, presença de comunidades indígenas e rurais, localidades de difícil acesso, fronteiras internacionais e diversidade ambiental condiciona diferentes níveis de exposição e capacidade de resposta aos eventos climáticos. Essas características constituem elementos fundamentais para compreender os possíveis impactos do El Niño 2026–2027 sobre o território roraimense e orientar a preparação do setor Saúde.

4. CARACTERIZAÇÃO DO EL NIÑO E DO CENÁRIO CLIMÁTICO 2026–2027

O El Niño corresponde à fase quente do fenômeno El Niño-Oscilação Sul, caracterizada pelo aquecimento anômalo e persistente das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial e por alterações na circulação atmosférica. Essas alterações podem modificar os padrões de temperatura e precipitação em

diferentes regiões, embora seus efeitos apresentem variações territoriais e dependam da intensidade do fenômeno e de sua interação com outros sistemas atmosféricos.

Para o ciclo 2026–2027, o cenário deixou de ser apenas uma possibilidade. Conforme o Painel El Niño 2026–2027, “as condições de El Niño foram confirmadas em junho de 2026” (CEMADEN, 2026). Os modelos indicam permanência do fenômeno pelo menos até o início de 2027.

O cenário mais recente também indica possibilidade de intensificação importante durante os próximos meses. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais destaca “mais de 90% de probabilidade de El Niño muito forte entre setembro e novembro” (INPE, 2026).

Para a Amazônia Legal, as projeções indicam maior probabilidade de precipitações abaixo da média em diferentes áreas, incluindo Roraima, além de temperaturas acima da média regional. O Painel El Niño aponta que essa combinação poderá contribuir para prolongamento da estação seca, redução da disponibilidade hídrica e aumento do risco de incêndios florestais.

Em Roraima, essa perspectiva assume relevância pela coincidência entre a intensificação do fenômeno e a transição para o período de menor precipitação. A redução ou irregularidade das chuvas poderá favorecer condições de estiagem, déficit hídrico, temperaturas elevadas, redução da umidade relativa do ar, ressecamento da vegetação, incêndios florestais e exposição da população à fumaça, com potenciais repercussões sobre a disponibilidade e qualidade da água, qualidade do ar, atividades produtivas e funcionamento dos serviços de saúde.

Os cenários climáticos, entretanto, representam estimativas probabilísticas e não significam que determinado desastre ocorrerá necessariamente. Por essa razão, as instituições responsáveis pelo Painel reforçam “a importância do monitoramento contínuo das condições meteorológicas, climáticas e hidrológicas” (PAINEL EL NIÑO, 2026).

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E HISTÓRICO DE EVENTOS

4.1.1. Caracterização climática

O clima de Roraima apresenta sazonalidade acentuada, porém com diferenças importantes entre as regiões do Estado. De acordo com o Relatório Executivo do Clima do Estado de Roraima, “a estação chuvosa ocorre no período de abril a setembro, e a estação seca no semestre de outubro a março” (RORAIMA, 2019, p. 17).

O próprio documento ressalta que esse padrão sazonal não é homogêneo, existindo diferenças no volume das chuvas e nos meses de início e término dos períodos úmido e seco. Nas regiões oeste e sul, por exemplo, os volumes pluviométricos e a duração da estação chuvosa diferem daqueles observados no nordeste do Estado, onde as condições são relativamente mais secas (RORAIMA, 2019, p. 17).

A sazonalidade das chuvas interfere diretamente na disponibilidade de água no solo e nas condições da vegetação. O relatório climático estadual demonstra que o déficit hídrico tende a acompanhar o término da estação chuvosa e pode permanecer elevado até a transição entre março e abril, embora esse comportamento varie territorialmente (RORAIMA, 2019, p. 18).

Outro aspecto relevante é a relação histórica entre episódios de El Niño e redução das precipitações. O estudo climático do ZEE-RR aponta que eventos de forte intensidade podem provocar reduções significativas da precipitação anual em Roraima, condição particularmente importante para o planejamento diante do cenário projetado para 2026–2027.

Assim, o acompanhamento climático para este Plano deverá considerar não somente precipitação e temperatura, mas também umidade relativa do ar, disponibilidade hídrica, níveis dos rios, indicadores de seca, condição da vegetação, focos de calor, risco de fogo e qualidade do ar.

4.1.2 Fatores de exposição e vulnerabilidades territoriais e populacionais associados

A exposição aos efeitos dos eventos climáticos não ocorre de maneira homogênea em Roraima. As grandes distâncias territoriais, a dispersão populacional, as condições das vias de acesso e a existência de comunidades rurais e indígenas afastadas das sedes municipais podem aumentar a complexidade da resposta do setor Saúde.

Determinadas populações podem apresentar maior vulnerabilidade em razão da combinação entre exposição ambiental e menor capacidade de acesso oportuno aos serviços. Nesse contexto, merecem atenção os povos indígenas, populações rurais, comunidades isoladas, crianças, pessoas idosas, gestantes, pessoas com doenças crônicas e trabalhadores que desenvolvem atividades ao ar livre ou diretamente expostos ao calor, fumaça e incêndios.

A concentração dos serviços de maior complexidade em Boa Vista também representa aspecto relevante. Em situações que demandem assistência especializada, municípios mais distantes podem necessitar de apoio estadual, transporte sanitário, remoções e planejamento prévio de recursos e insumos.

As condições ambientais constituem outro componente de exposição. Áreas de lavrado, formações florestais, interfaces entre ocupação humana e vegetação, regiões submetidas a menor precipitação e localidades dependentes de sistemas de abastecimento sensíveis à redução da disponibilidade hídrica podem apresentar diferentes padrões de risco durante uma estiagem prolongada.

A vulnerabilidade, portanto, deverá ser avaliada de maneira dinâmica, combinando informações meteorológicas, ambientais, hidrológicas, epidemiológicas, demográficas, assistenciais e de infraestrutura. Essa análise permitirá estabelecer municípios e populações prioritárias conforme a evolução do cenário.

4.1.3 Histórico de eventos climáticos, ambientais e desastres relevantes para o Estado

A análise dos registros apresentados na Tabela 1 demonstra que Roraima apresenta histórico recorrente de eventos climáticos e hidrológicos capazes de afetar diferentes regiões do Estado, com destaque para estiagens, chuvas intensas e inundações. No período analisado, observa-se que esses eventos não ocorreram de forma isolada, mas repetidamente, atingindo diferentes municípios e evidenciando a necessidade de planejamento permanente do setor Saúde para cenários climáticos distintos.

Entre os eventos registrados, a estiagem apresenta especial relevância para Roraima, tanto pela frequência quanto pela abrangência territorial. Em 2015, já havia registros de municípios afetados por esse tipo de evento e, em

2016, a situação alcançou grande parte do território estadual, envolvendo 13 dos 15 municípios. Esse cenário demonstra que períodos prolongados de redução das precipitações podem assumir dimensão regional ou estadual, ultrapassando a capacidade de resposta isolada de um município e exigindo articulação entre diferentes níveis de gestão.

A recorrência da estiagem voltou a ser evidenciada em 2024, quando municípios das regiões Centro-Norte e Sul foram atingidos. A distribuição espacial dos registros mostra que o evento não ficou restrito a uma única formação ambiental ou região do Estado. Municípios como Alto Alegre, Cantá, Caracaraí, Iracema, Pacaraima, Uiramutã, Mucajaí, Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Boa Vista apresentaram registros relacionados à estiagem, demonstrando a ampla extensão territorial do fenômeno naquele período.

Essa abrangência possui significado importante para o setor Saúde. Em um território extenso e com populações distribuídas entre áreas urbanas, rurais e indígenas, a ocorrência simultânea de estiagem em vários municípios pode repercutir sobre a disponibilidade de água, o acesso a determinadas localidades, as atividades produtivas, a ocorrência de incêndios florestais e a qualidade do ar. Consequentemente, os impactos não se limitam ao componente ambiental, podendo gerar aumento da demanda assistencial, necessidade de intensificação da vigilância e maior mobilização logística para apoio aos municípios mais afetados.

Os registros históricos também demonstram que Roraima não está exposto exclusivamente aos efeitos da redução das precipitações. Eventos relacionados ao excesso de chuvas e inundações aparecem de forma recorrente na série analisada. Em 2017 foram registrados episódios de inundação em Caracaraí e Normandia; em 2018, Caracaraí voltou a apresentar ocorrência significativa desse tipo de desastre. Nos anos de 2021 e 2022, as chuvas intensas alcançaram diversos municípios, com abrangência particularmente expressiva em 2022. Em 2023, Pacaraima apresentou registro de chuvas intensas e, em 2025, Uiramutã e Caracaraí voltaram a registrar inundações.

Esse comportamento evidencia uma característica importante do território roraimense: a possibilidade de ocorrência de extremos hidrometeorológicos distintos ao longo de períodos relativamente próximos. Municípios podem

vivenciar redução prolongada das precipitações em determinado período e, posteriormente, enfrentar chuvas intensas ou inundações. Para o planejamento em saúde, essa alternância reforça a necessidade de preparação multiriscos, evitando que as estratégias estejam direcionadas exclusivamente a um único tipo de desastre.

Outro aspecto relevante observado na série histórica é a recorrência de eventos em determinados municípios. Caracaraí, por exemplo, aparece associado a estiagens, chuvas intensas e inundações em diferentes anos. Uiramutã também apresenta registros relacionados tanto à estiagem quanto a chuvas intensas e inundações. Outros municípios, como Cantá, Normandia, Pacaraima e São João da Baliza, aparecem repetidamente na série. Essa recorrência sugere a existência de territórios que demandam acompanhamento mais contínuo, considerando não apenas a frequência dos eventos, mas também características ambientais, populacionais, de acesso e de capacidade local de resposta.

A Tabela 1 também demonstra que a avaliação dos desastres não deve se restringir ao número de óbitos ou feridos. Muitos eventos podem produzir impactos significativos mesmo sem registro de mortalidade, especialmente quando comprometem moradias, abastecimento de água, mobilidade, acesso aos serviços, produção de alimentos ou funcionamento de estruturas essenciais. Em situações dessa natureza, os efeitos sobre a saúde podem ocorrer de forma indireta e prolongada, exigindo monitoramento para além do período imediato da emergência.

As informações disponíveis sobre os danos humanos apresentam, entretanto, limitações importantes. Em vários registros não há dados consolidados sobre número de pessoas afetadas, feridas, desabrigadas ou desalojadas. Essa ausência de informação não deve ser interpretada como ausência de impacto. Ao contrário, evidencia a necessidade de qualificar o registro e a sistematização das informações sobre desastres no Estado, especialmente aquelas relacionadas às repercussões sobre a saúde e às condições de vida das populações atingidas.

Tabela 1. Principais desastres climáticos e hidrológicos registrados no Estado de Roraima, segundo tipologia e impactos, 2015–2025.

ANO	DATA REGISTRO	MUNICÍPIO(S)	COBRADE TIPOLOGIA	ÓBITOS	FERIDOS	DESABRIGADOS	DESALOJADOS	DESAPARECIDOS	AFETADOS
2015	12/03/2015	Bonfim, Cantá, Caracarái e Normandia	1.4.1.1.0 – Estiagem	NI	NI	NI	NI	NI	NI
2016	Jan./fev.	Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Cantá, Caracarái, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz	1.4.1.1.0 – Estiagem	NI	NI	NI	NI	NI	NI
2017	Jul. 2017	Caracarái	1.2.1.0.0 – Inundações	NI	NI	NI	NI	NI	NI
	Ago. 2017	Normandia	1.2.1.0.0 – Inundações	NI	NI	NI	NI	NI	NI
2018	Jul./ago.	Caracarái	1.2.1.0.0 – Inundações	NI	NI	>130*	>100*	NI	>200*
2021	Jun./jul. 2021	Bonfim, Cantá, Caracarái, Caroebe, Normandia, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz e Uiramutã	1.3.2.1.4 – Chuvas intensas	NI	NI	NI	NI	NI	NI
2022	Jun.	Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Cantá, Caracarái, Caroebe, Iracema, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza e Uiramutã	1.3.2.1.4 – Chuvas intensas	NI	NI	0**	≥30 famílias**	NI	NI
2023	Jun.	Pacaraima	1.3.2.1.4 – Chuvas intensas	NI	NI	NI	NI	NI	NI
2024	24/02/2024	Alto Alegre, Cantá, Caracarái, Iracema, Pacaraima e Uiramutã	1.4.1.1.0 – Estiagem	NI	NI	NI	NI	NI	NI
	24/02/2024	Mucajaí	1.4.1.1.0 – Estiagem	NI	NI	NI	NI	NI	NI
	18/03/2024	Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz	1.4.1.1.0 – Estiagem	NI	NI	NI	NI	NI	NI
	11/03/2024	Boa Vista	1.4.1.1.0 – Estiagem	NI	NI	NI	NI	NI	NI
2025	24/01/2025	São João da Baliza	1.4.1.1.0 – Estiagem	NI	NI	NI	NI	NI	NI
	10/02/2025	São Luiz do Anauá	1.4.1.1.0 – Estiagem	NI	NI	NI	NI	NI	NI
	01/07/2025	Uiramutã	1.2.1.0.0 – Inundações	NI	NI	NI	NI	NI	NI

	29/07/2025	Caracaraí	1.2.1.0.0 – Inundações	NI	NI	NI	NI	NI	NI
--	------------	-----------	-------------------------------	----	----	----	----	----	----

Fonte: Vigidesastres, com base no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID, 2026.

Do ponto de vista da preparação para o El Niño 2026–2027, o histórico apresentado assume especial importância porque demonstra que Roraima já vivenciou períodos de estiagem de grande abrangência territorial, inclusive acompanhados de outras condições ambientais adversas. A experiência recente de 2023–2024 reforça a necessidade de atenção para possíveis cenários de redução das precipitações, aumento da temperatura, baixa umidade, maior suscetibilidade da vegetação ao fogo, incêndios florestais e exposição da população à fumaça.

Ao mesmo tempo, o histórico de chuvas intensas e inundações demonstra que o planejamento não deve excluir a possibilidade de ocorrência de outros eventos durante a vigência do Plano. A variabilidade climática e as diferenças existentes entre as regiões do Estado podem resultar em manifestações distintas e até simultâneas, exigindo capacidade de adaptação dos serviços e análise permanente das condições observadas em cada município.

Assim, os registros históricos apresentados na Tabela 1 demonstram que a preparação do setor Saúde em Roraima deve ser baseada em uma perspectiva territorial, multiriscos e antecipatória. A ocorrência repetida de estiagens, chuvas intensas e inundações em diferentes municípios reforça a necessidade de monitoramento contínuo, definição prévia de responsabilidades, articulação entre Estado e municípios e capacidade de mobilização progressiva conforme a evolução do cenário.

Para o presente Plano, esse histórico constitui uma das bases para a definição dos níveis operacionais e das medidas de preparação. Mais do que reconhecer os eventos já ocorridos, a análise permite identificar padrões de recorrência, territórios frequentemente afetados e possíveis consequências para o SUS, subsidiando ações de prevenção, preparação, resposta e continuidade dos serviços diante do cenário projetado para o El Niño 2026–2027.

4.1.4 Lições aprendidas em eventos anteriores

Os eventos anteriores de 2016, 2023 e 2024 demonstram que a atuação do setor Saúde do Estado precisa iniciar antes da instalação de uma situação de emergência. A experiência de 2023–2024 evidenciou a importância de acompanhar informações de forma integrada com outros setores governamental sobre precipitação, seca, temperatura, umidade relativa, níveis dos rios, focos de calor, risco de fogo, qualidade do ar e comportamento dos indicadores epidemiológicos.

Outra lição relevante é a necessidade de definição prévia das responsabilidades institucionais. Cada área técnica deve conhecer suas atribuições nos diferentes níveis operacionais, evitando que ações, fluxos de comunicação, disponibilização de insumos e acionamento de equipes sejam definidos somente quando o evento já estiver instalado.

Também se destaca a necessidade de estratégias específicas para localidades de difícil acesso. A preparação deve antecipar possíveis necessidades relacionadas à água segura, medicamentos, insumos, equipamentos de proteção, transporte, comunicação, remoção de pacientes e continuidade dos serviços.

O histórico estadual reforça ainda a necessidade de articulação entre Saúde, Defesa Civil, meio ambiente, recursos hídricos, meteorologia, municípios e demais instituições. Essa integração permite transformar o monitoramento em decisão e antecipar medidas antes que o agravamento ambiental produza repercussões sanitárias de maior magnitude.

4.1.5 Relação entre alterações climáticas e principais agravos à saúde

Os impactos do El Niño sobre a saúde resultam da interação entre alterações ambientais, intensidade e duração da exposição, características individuais e coletivas, condições socioeconômicas e capacidade de preparação e resposta dos serviços.

No contexto de Roraima, uma das principais preocupações refere-se à associação entre estiagem, incêndios florestais e comprometimento da qualidade do ar. Entre os poluentes produzidos pela fumaça destaca-se o material particulado fino, especialmente o MP2,5. Segundo o Ministério da Saúde, essas partículas são “capazes de penetrar profundamente no sistema

respiratório” e estão associadas a repercussões respiratórias e cardiovasculares (BRASIL, 2026).

Temperaturas elevadas e episódios de calor extremo também podem produzir impactos diretos sobre a saúde, incluindo desidratação, exaustão pelo calor e golpe de calor, além do agravamento de doenças preexistentes. Entre os grupos mais vulneráveis, o Ministério da Saúde destaca “idosos, crianças, pessoas com problemas renais, cardíacos, respiratórios ou de circulação, diabéticos, gestantes e população em situação de rua” (BRASIL, 2026).

A estiagem e a redução da disponibilidade hídrica podem ainda comprometer o acesso à água em quantidade e qualidade adequadas, favorecer o uso de fontes alternativas inseguras e dificultar práticas de higiene, aumentando a necessidade de vigilância da qualidade da água e de acompanhamento das doenças de transmissão hídrica e alimentar.

As alterações de temperatura e precipitação também podem modificar condições ambientais relacionadas à dinâmica de vetores e reservatórios. Entretanto, essa relação não deve ser estabelecida automaticamente. Possíveis alterações em arboviroses, malária e outras doenças transmissíveis deverão ser avaliadas por meio de dados epidemiológicos e entomológicos, considerando a sazonalidade e as particularidades territoriais.

Para o cenário do El Niño 2026–2027, o presente Plano deverá, portanto, priorizar a preparação para estiagem e seca, temperaturas elevadas e ondas de calor, baixa umidade relativa do ar, incêndios florestais, exposição à fumaça e comprometimento da disponibilidade e qualidade da água, sem excluir outros eventos ou efeitos combinados identificados durante o monitoramento.

Quadro 1. Alterações e eventos climáticos, agravos à saúde, populações prioritárias e enfoques para vigilância e preparação no Estado de Roraima

Alteração ou evento climático	Principais agravos e condições de saúde associados	Populações/condições prioritárias em Roraima	Enfoque para vigilância e preparação
Ondas de calor e temperaturas elevadas	Estresse térmico, desidratação, exaustão pelo calor, insolação, distúrbios	Crianças, idosos, gestantes, pessoas com doenças crônicas, pessoas com dificuldade	Monitoramento de temperatura e índices de calor; definição de alertas; comunicação de risco;

	hidroeletrólitos e agravamento de doenças cardiovasculares, respiratórias e renais.	de acesso à água, trabalhadores expostos ao calor, inclusive trabalhadores rurais e que desenvolvem atividades ao ar livre.	identificação dos grupos mais suscetíveis; preparação da APS, urgência e emergência para alterações na demanda assistencial.
Baixa umidade relativa do ar	Ressecamento e irritação de mucosas, sintomas respiratórios e oculares, exacerbação de asma e DPOC e potencial agravamento dos efeitos da poluição atmosférica.	Crianças, idosos, pessoas com doenças respiratórias e cardiovasculares, trabalhadores ao ar livre e populações expostas simultaneamente ao calor e à fumaça.	Monitoramento da umidade relativa do ar e da qualidade do ar; orientação à população; acompanhamento de atendimentos por agravos respiratórios e articulação entre VIGIAR, Vigilância Epidemiológica e rede assistencial.
Déficit hídrico, estiagem e seca	Desidratação, redução da disponibilidade de água segura, maior risco de doenças de transmissão hídrica e alimentar, comprometimento de práticas de higiene, insegurança alimentar e agravamento de doenças crônicas e de condições de saúde mental.	Comunidades rurais e indígenas, localidades dependentes de soluções alternativas de abastecimento, crianças, idosos, pessoas com doenças crônicas e populações com maior dificuldade de acesso aos serviços e à água segura.	Monitoramento da precipitação, indicadores de seca, níveis e vazões dos rios, disponibilidade e qualidade da água; intensificação das ações do Vigiagua; identificação de localidades com abastecimento vulnerável; articulação com municípios, CAER, Defesa Civil e demais setores responsáveis.
Irregularidade das chuvas e alterações na disponibilidade	Doenças diarreicas agudas, hepatite A e outros agravos relacionados à água contaminada, além de possíveis repercussões sobre	Comunidades rurais, indígenas, áreas periurbanas e localidades que utilizam sistemas ou soluções alternativas de abastecimento de água.	Vigilância da qualidade da água por meio do Sisagua; intensificação dos planos de amostragem; monitoramento de sistemas e soluções alternativas;

qualidade da água	segurança hídrica e alimentar.		vigilância das DTHA e comunicação de risco.
Incêndios florestais, queimadas e exposição à fumaça	Irritação ocular e das vias aéreas, intoxicação por inalação de fumaça, exacerbação de asma e DPOC, infecções e sintomas respiratórios, agravamento de doenças cardiovasculares e aumento da demanda por atendimento.	Crianças, idosos, gestantes, pessoas com doenças respiratórias e cardiovasculares, povos indígenas, comunidades rurais, brigadistas, bombeiros e demais trabalhadores expostos diretamente à fumaça e ao fogo.	Monitoramento integrado de focos de calor, risco de fogo e concentração de MP2,5; vigilância de agravos respiratórios e cardiovasculares; investigação e notificação de intoxicação exógena por fumaça; comunicação de risco e preparação da rede assistencial.
Alterações de temperatura e precipitação com repercussão sobre vetores	Possíveis alterações na sazonalidade, distribuição e intensidade de transmissão de dengue, Chikungunya, Zika, malária e outras doenças transmitidas por vetores.	Populações residentes em áreas com transmissão ativa ou condições ambientais favoráveis à manutenção de vetores, com especial atenção a municípios e territórios indígenas da região amazônica.	Monitoramento integrado de dados climáticos, epidemiológicos e entomológicos; intensificação da vigilância e controle vetorial; identificação precoce de mudanças no padrão de transmissão e preparação dos serviços para possível aumento de casos.
Chuvas intensas e inundações	Lesões, acidentes, afogamentos, doenças de transmissão hídrica e alimentar, leptospirose, contato com animais peçonhentos, interrupção de tratamentos e agravamento de condições crônicas.	Populações residentes em áreas sujeitas a inundação, comunidades ribeirinhas ou de difícil acesso, crianças, idosos, pessoas com deficiência e usuários dependentes de tratamentos contínuos.	Monitoramento meteorológico e hidrológico; identificação prévia de serviços e comunidades vulneráveis; vigilância de agravos relacionados às inundações; garantia de continuidade assistencial, medicamentos, água segura e acesso aos serviços.

Eventos combinados ou em cascata	Sobreposição de agravos respiratórios, cardiovasculares, infecciosos, nutricionais e de saúde mental, além de acidentes, interrupção de tratamentos e possível sobrecarga da rede de saúde.	Territórios com múltiplas vulnerabilidades, especialmente comunidades indígenas, rurais e localidades remotas, populações com menor capacidade de adaptação e serviços de saúde com maior dificuldade logística.	Integração dos dados meteorológicos, hidrológicos, ambientais, epidemiológicos e assistenciais; avaliação contínua do risco; articulação intersetorial; definição de níveis operacionais e mobilização progressiva da resposta do setor Saúde.
---	---	--	--

5. CAPACIDADE INSTALADA DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

A Rede de Atenção à Saúde de Roraima está organizada em duas Regiões de Saúde, Centro-Norte e Sul, abrangendo os 15 municípios do Estado. A Atenção Primária à Saúde é desenvolvida predominantemente sob gestão municipal e constitui a principal porta de entrada do SUS, enquanto a rede estadual concentra parte importante da atenção especializada, hospitalar e de urgência e emergência (RORAIMA, 2024).

A maior capacidade assistencial e os serviços de maior complexidade encontram-se concentrados em Boa Vista, onde estão localizados os principais hospitais de referência estadual, serviços especializados, apoio diagnóstico e terapêutico e estruturas de urgência e emergência. No interior, hospitais, unidades mistas e demais serviços de saúde desempenham papel estratégico no atendimento inicial, estabilização dos pacientes e encaminhamento, quando necessário, para unidades de referência de maior complexidade.

Destacam-se, no interior, unidades com importância regional, como o Hospital Regional Sul Governador Ottomar de Sousa Pinto, em Rorainópolis, referência para os municípios da Região Sul, e o Hospital Délio de Oliveira Tupinambá, em Pacaraima, estratégico em razão de sua localização na região de fronteira. A rede é complementada por unidades hospitalares e mistas distribuídas nos demais municípios (RORAIMA, 2024; RORAIMA, 2026).

Para o cenário do El Niño 2026–2027, a análise da capacidade instalada deve considerar não apenas a existência dos serviços, mas sua capacidade

efetiva de funcionamento diante de situações de estiagem, incêndios florestais, exposição à fumaça, calor extremo e possíveis alterações na disponibilidade e qualidade da água. Devem ser avaliadas especialmente a disponibilidade de profissionais, medicamentos e insumos, água, energia, oxigênio, transporte sanitário, ambulâncias, comunicação, regulação e condições de acesso às unidades.

As características territoriais de Roraima tornam essa avaliação particularmente relevante. As grandes distâncias entre municípios, a existência de comunidades rurais, indígenas e localidades de difícil acesso, associadas à concentração da assistência de maior complexidade em Boa Vista, podem exigir maior capacidade de articulação entre Estado e municípios para garantir a continuidade dos serviços e o atendimento oportuno às populações afetadas.

6. NÍVEIS OPERACIONAIS

Para organização das ações de vigilância, preparação e resposta do setor Saúde aos possíveis impactos associados ao fenômeno El Niño 2026–2027, o Estado de Roraima adotará níveis operacionais definidos conforme a evolução do cenário climático, ambiental, hidrológico, epidemiológico e assistencial.

A definição desses níveis tem como finalidade orientar a tomada de decisão, estabelecer critérios para intensificação do monitoramento, organizar os fluxos de comunicação e acionamento e definir, de forma progressiva, a atuação das áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde e a necessidade de apoio aos municípios.

Considerando as particularidades de Roraima, a mudança de nível não deverá ocorrer com base em um único indicador. A avaliação deverá considerar, de forma integrada, informações sobre precipitação, temperatura, umidade relativa do ar, situação de seca, níveis e vazões dos rios, focos de calor, risco de fogo, ocorrência de incêndios florestais, qualidade do ar, situação do abastecimento de água, indicadores epidemiológicos e comportamento da demanda pelos serviços de saúde.

Também deverão ser consideradas as características do território afetado, incluindo extensão do evento, número de municípios envolvidos, presença de comunidades indígenas, rurais ou de difícil acesso, comprometimento de

serviços essenciais e capacidade local de resposta. Dessa forma, um evento de menor abrangência territorial poderá justificar elevação do nível operacional quando atingir populações particularmente vulneráveis ou localidades com limitada capacidade de resposta.

Os níveis serão classificados em Normalidade (Nível 1), Mobilização (Nível 2), Alerta (Nível 3), Emergência (Nível 4) e Crise (Nível 5), representando graus progressivos de risco, mobilização institucional e necessidade de resposta do setor Saúde.

A transição entre os níveis deverá ser subsidiada pelo monitoramento realizado pelo Vigidesastres/RR, em articulação com as demais áreas da Vigilância em Saúde, Atenção à Saúde, gestão estadual, municípios e instituições responsáveis pelo monitoramento meteorológico, ambiental, hidrológico e pela proteção e defesa civil.

A elevação ou redução do nível operacional deverá considerar a evolução do cenário e a capacidade de resposta disponível, permitindo que as medidas sejam intensificadas, mantidas ou desmobilizadas de forma proporcional ao risco identificado. O retorno a níveis inferiores não deverá ocorrer exclusivamente pela redução da ameaça ambiental, devendo considerar também a persistência de impactos sobre a população, os serviços de saúde e os territórios atingidos.

Quadro 2. Caracterização, gatilhos e principais ações segundo os níveis operacionais do Plano de Preparação do Setor Saúde de Roraima para os Impactos do El Niño 2026–2027.

Nível operacional	Caracterização geral
Nível 1 – Normalidade	Condições climáticas e ambientais dentro do esperado para o período, sem evidências de impactos relevantes sobre a saúde ou sobre o funcionamento dos serviços. Mantêm-se as ações rotineiras de vigilância, prevenção e preparação.
Nível 2 – Mobilização	Identificação de alterações nos indicadores climáticos, ambientais ou hidrológicos que indiquem possibilidade de agravamento do cenário. Intensifica-se o monitoramento e inicia-se a mobilização preventiva das áreas técnicas e municípios potencialmente expostos.
Nível 3 – Alerta	Evidências consistentes de agravamento das condições ambientais ou início de repercussões sobre populações e territórios. Requer ampliação da vigilância, comunicação de risco, preparação dos serviços e adoção de medidas preventivas específicas.
Nível 4 – Emergência	Ocorrência de impactos relevantes sobre a saúde, o ambiente, o abastecimento ou os serviços essenciais, com necessidade de resposta coordenada e mobilização ampliada de recursos estaduais e municipais.

Nível 5 – Crise

Situação de elevada magnitude ou complexidade, com impactos simultâneos em diferentes territórios, comprometimento significativo da capacidade local ou regional de resposta e necessidade de mobilização extraordinária, articulação intersetorial ampliada e eventual apoio externo.

7. MATRIZ DE AÇÕES DAS ÁREAS TÉCNICAS POR NÍVEL OPERACIONAL

As ações previstas no Plano de Preparação do Setor Saúde de Roraima para os Impactos do El Niño 2026–2027 estão organizadas de forma progressiva, considerando os cinco níveis operacionais definidos para o Estado: Normalidade, Mobilização, Alerta, Emergência e Crise.

Essa organização permite que as medidas de vigilância, preparação, prevenção e resposta sejam intensificadas conforme a evolução do cenário climático, ambiental, hidrológico, epidemiológico e assistencial, favorecendo uma atuação coordenada, proporcional e oportuna do setor Saúde.

A matriz reúne as ações previstas para cada área técnica envolvida no Plano, com destaque para o Vigidesastres/RR, responsável pela coordenação do monitoramento dos riscos associados aos desastres no âmbito da Vigilância em Saúde, além das demais áreas estratégicas da SESA/RR, como CIEVS, Vigiagua, VIGIAR, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Saúde do Trabalhador, Atenção Primária à Saúde, Atenção Especializada, Assistência Hospitalar, Regulação, Saúde Mental, Assistência Farmacêutica, Comunicação em Saúde e demais setores relacionados à preparação e resposta.

As ações são distribuídas conforme cada nível operacional, permitindo identificar previamente quais medidas devem ser mantidas em situação de normalidade, quais devem ser intensificadas diante de sinais de agravamento do cenário e quais deverão ser acionadas em situações de emergência ou crise. A matriz deverá também indicar os respectivos responsáveis, setores envolvidos, formas de articulação e, quando necessário, produtos ou evidências de execução.

7.1 COORDENADORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – CGVS

7.1.1 – DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL - DVA

7.1.1.1 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE DOS RISCOS ASSOCIADOS AOS DESASTRES – VIGIDESASTRES/RR

VIGIDESASTRES/RR	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Realizar o monitoramento sistemático das condições climáticas, meteorológicas, hidrológicas e ambientais relacionadas ao El Niño, utilizando informações de fontes oficiais. • Acompanhar cenários relacionados à seca, estiagem, incêndios florestais, fumaça, calor extremo, baixa umidade do ar, alterações na disponibilidade e qualidade da água e demais ameaças com potencial impacto à saúde. • Manter atualizado o mapeamento de ameaças, vulnerabilidades, populações expostas, territórios prioritários e serviços de saúde estratégicos. • Identificar municípios e populações com maior vulnerabilidade e/ou menor capacidade de resposta. • Manter atualizados os fluxos de comunicação e a matriz de contatos das áreas técnicas da SESAU/RR, Secretarias Municipais de Saúde e instituições parceiras. • Apoiar tecnicamente os municípios na elaboração e atualização de planos e instrumentos de preparação e resposta. • Promover e apoiar capacitações, oficinas e atividades de preparação dos profissionais e gestores do SUS. • Manter atualizados planos, protocolos, fluxos e instrumentos de avaliação de danos e necessidades em saúde. • Apoiar a elaboração de materiais técnicos e estratégias de comunicação de risco.
MOBILIZAÇÃO	• Intensificar o acompanhamento das previsões, boletins e alertas meteorológicos, climáticos, hidrológicos e ambientais que indiquem possibilidade de alteração do cenário de normalidade. • Realizar avaliação preliminar da ameaça, considerando magnitude prevista, duração, abrangência territorial e possibilidade de repercussão sobre a saúde. • Identificar municípios, territórios, populações e serviços de saúde potencialmente expostos. • Comunicar preventivamente às áreas técnicas da SESAU/RR e aos municípios potencialmente envolvidos sobre a mudança do cenário e a necessidade de preparação. • Acionar a rede de contatos institucionais e confirmar os pontos focais responsáveis pelo acompanhamento do evento. • Solicitar aos municípios potencialmente afetados informações sobre condições locais, capacidade operacional, serviços essenciais, grupos vulneráveis e necessidades de preparação. • Articular com o CIEVS e demais áreas técnicas o acompanhamento integrado dos indicadores epidemiológicos, ambientais e assistenciais relacionados ao cenário. • Apoiar os municípios na adoção de medidas antecipatórias e preventivas. • Preparar informes e orientações técnicas para eventual disseminação.

VIGIDESASTRES/RR

NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
ALERTA	• Intensificar e sistematizar o monitoramento das condições climáticas, ambientais e sanitárias diante da elevada probabilidade de ocorrência do evento ou do início de impactos. • Realizar análise de risco atualizada, considerando ameaça, exposição, vulnerabilidade, capacidade de resposta e possíveis repercussões sobre a saúde. • Intensificar o contato com os municípios sob maior risco para acompanhamento da situação local, capacidade dos serviços de saúde e necessidades de apoio. • Disseminar alertas, informes e recomendações técnicas aos municípios, serviços de saúde, áreas técnicas e instituições parceiras. • Consolidar informações provenientes das áreas técnicas estaduais e dos municípios para construção de análise integrada da situação. • Intensificar a articulação com Defesa Civil Estadual, Corpo de Bombeiros, órgãos ambientais e demais instituições estratégicas. • Avaliar continuamente a capacidade municipal e estadual de resposta e identificar antecipadamente necessidades adicionais de recursos. • Avaliar a necessidade de ativação da Sala de Situação em Saúde. • Prestar apoio técnico remoto e, quando indicado, presencial aos municípios sob maior risco. • Elaborar e atualizar informes técnicos, análises de situação e relatórios para subsidiar a tomada de decisão.
EMERGÊNCIA	• Intensificar o monitoramento contínuo do evento e dos impactos efetivamente observados sobre a população, os territórios e o funcionamento dos serviços de saúde. • Manter acompanhamento sistemático dos municípios atingidos, identificando população afetada, danos, interrupção dos serviços, dificuldades de acesso e necessidades prioritárias. • Consolidar as informações produzidas pelos municípios e pelas áreas técnicas estaduais, mantendo atualizada a situação estadual. • Coordenar ou apoiar a aplicação e consolidação dos instrumentos de avaliação de danos e necessidades em saúde. • Intensificar o apoio técnico aos municípios afetados, priorizando aqueles com maior impacto, vulnerabilidade ou menor capacidade de resposta. • Participar da ativação e funcionamento da Sala de Situação ou do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública, conforme avaliação da gestão. • Subsidiar o COE-Saúde com análises de risco, situação dos municípios, danos, necessidades e recomendações técnicas. • Articular as áreas técnicas da SESA/RR para execução coordenada das medidas de vigilância, assistência, prevenção e proteção da população. • Manter articulação contínua com Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, órgãos ambientais, municípios e demais instituições envolvidas. • Manter comunicação com o Ministério da Saúde, encaminhando informações sobre a situação, danos, necessidades e ações desenvolvidas. • Produzir e atualizar relatórios de situação, informes técnicos e demais produtos necessários ao gerenciamento da emergência.

VIGIDESASTRES/RR**NÍVEIS
OPERACIONAIS****AÇÕES****CRISE**

- Intensificar o monitoramento e a análise integrada da situação diante de impactos de grande magnitude, comprometimento relevante dos serviços essenciais e/ou insuficiência da capacidade de resposta instalada.
- Manter funcionamento permanente ou ampliado do COE-Saúde, conforme decisão da gestão estadual, assegurando fluxo contínuo de informações para tomada de decisão.
- Subsidiar a coordenação estadual da resposta com informações estratégicas atualizadas sobre municípios atingidos, população afetada, danos à infraestrutura de saúde, capacidade assistencial, recursos disponíveis e necessidades prioritárias.
- Estabelecer prioridades de atuação considerando risco à vida, populações mais vulneráveis, continuidade dos serviços essenciais e territórios com capacidade de resposta comprometida.
- Intensificar o apoio técnico e operacional aos municípios cuja capacidade de resposta tenha sido superada ou esteja significativamente comprometida.
- Articular a mobilização extraordinária de recursos humanos, materiais, logísticos, assistenciais e financeiros necessários à resposta.
- Articular a solicitação de apoio complementar ao Ministério da Saúde e a outras instituições quando os recursos disponíveis forem insuficientes.
- Intensificar a articulação interinstitucional e intersetorial para garantir ações integradas de saúde, proteção, assistência e restabelecimento dos serviços essenciais.
- Produzir e atualizar Relatórios de Situação, consolidando situação, ações realizadas, lacunas, necessidades e prioridades.
- Registrar sistematicamente decisões, ações executadas, recursos mobilizados, necessidades identificadas e encaminhamentos realizados.
- Avaliar os critérios para redução do nível operacional e apoiar a transição para recuperação, avaliação pós-evento e revisão dos instrumentos de preparação e resposta.

7.1.1.2 – NÚCLEO VIGILÂNCIA DA ÁGUA – VIGIÁGUA

VIGIÁGUA	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	- Realizar monitoramento nos 14 municípios de Roraima em relação a qualidade da água para consumo em ETA's e Poços Artesianos fornecidas pela Concessionária local, conforme Cronograma semestral solicitado pelo Ministério da Saúde; - Realizar MONitoramento da água para parâmetros de Agrotóxico no municípios do estado de Roraima conforme cronograma previsto pelo Ministério da Saúde; - Realizar capacitações e orientações aos Pontos Focais dos municípios e Coordenações, referente ao Programa Vigiágua conforme estabelecido na Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, do Ministério da Saúde que estabelece os procedimentos de controle, de vigilância da qualidade da água para consumo humano e o seu padrão de potabilidade no Brasil. - Estabelecer as prioridades, objetivos, metas, prazos para inserção de dados no Sisagua e indicadores de vigilância da qualidade da água para consumo humano a serem pactuados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB). - Realizar as ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano de forma complementar à atuação dos Municípios, em especial a realização de inspeção sanitária em formas de abastecimento de água para consumo humano
MOBILIZAÇÃO	- Proteger a saúde da população por meio da vigilância ativa da qualidade da água durante o El Niño. - Identificar municípios com maior vulnerabilidade hídrica. - Intensificar o monitoramento de parâmetros críticos da água. Orientar a população sobre o consumo seguro. - Coordenar ações integradas com saneamento, defesa civil e vigilância sanitária.
ALERTA	- Vigilância e Monitoramento ➤ Identificar poços inundáveis; ➤ Vigilância e Monitoramento; ➤ Monitorar cianobactérias. - Controle e Mitigação ➤ Fornece hipoclorito de sódio. ➤ Monitorar caminhões-pipa. ➤ Tratar fontes alternativas - Comunicação e Mobilização: ➤ Ensinar fervura da água. ➤ Divulgar técnicas de economia. ➤ Criar canais de denúncia.
EMERGÊNCIA	- Proteger a saúde da população por meio da vigilância ativa da qualidade da água durante o El Niño. Identificar municípios com maior vulnerabilidade hídrica. - Intensificar o monitoramento de parâmetros críticos da água. Orientar a população sobre o consumo seguro. - Coordenar ações integradas com saneamento, defesa civil e vigilância sanitária através de Nota Técnica construída em conjunto com órgãos competentes.

CRISE	• Emitir alertas técnicos semanais para os municípios. • Realizar coletas extras em pontos críticos e áreas periféricas. • Fiscalizar a potabilidade da água em poços comunitários e caminhões-pipa (Soluções Alternativas Coletivas – SAC). • Exigir que os responsáveis pelos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) ampliem a dosagem e o monitoramento de cloro residual e de turbidez. Garantir que toda água distribuída emergencialmente receba desinfecção e controle de potabilidade. • Elevar a frequência de coleta de amostras de vigilância para coliformes totais, <i>Escherichia coli</i> e turbidez. • Estruturar rotas rápidas para envio de amostras ao Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) em municípios isolados. Orientar a população sobre o uso de filtros domésticos e hipoclorito de sódio em áreas com interrupção do fornecimento regular. Articular planos de contingência municipais para garantir fornecimento contínuo de água segura em hospitais e abrigos públicos.
-------	--

7.1.1.3 – NÚCLEO VIGILÂNCIA DO AR – VIGIAR

	VIGIAR
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Realizar o monitoramento sistemático das condições climáticas, meteorológicas, hidrológicas e ambientais relacionadas ao El Niño, utilizando informações de fontes oficiais. • Acompanhar cenários relacionados à seca, estiagem, incêndios florestais, fumaça, calor extremo, baixa umidade do ar, alterações na disponibilidade e qualidade da água e demais ameaças com potencial impacto à saúde. • Manter atualizado o mapeamento de ameaças, vulnerabilidades, populações expostas, territórios prioritários e serviços de saúde estratégicos. • Identificar municípios e populações com maior vulnerabilidade e/ou menor capacidade de resposta. • Manter atualizados os fluxos de comunicação e a matriz de contatos das áreas técnicas da SESAU/RR, Secretarias Municipais de Saúde e instituições parceiras. • Apoiar tecnicamente os municípios na elaboração e atualização de planos e instrumentos de preparação e resposta. • Promover e apoiar capacitações, oficinas e atividades de preparação dos profissionais e gestores do SUS. • Manter atualizados planos, protocolos, fluxos e instrumentos de avaliação de danos e necessidades em saúde. • Apoiar a elaboração de materiais técnicos e estratégias de comunicação de risco.

VIGIAR	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
MOBILIZAÇÃO	• Intensificar o acompanhamento das previsões, boletins e alertas meteorológicos, climáticos, hidrológicos e ambientais que indiquem possibilidade de alteração do cenário de normalidade. • Realizar avaliação preliminar da ameaça, considerando magnitude prevista, duração, abrangência territorial e possibilidade de repercussão sobre a saúde. • Identificar municípios, territórios, populações e serviços de saúde potencialmente expostos. • Comunicar preventivamente às áreas técnicas da SESA/RR e aos municípios potencialmente envolvidos sobre a mudança do cenário e a necessidade de preparação. • Acionar a rede de contatos institucionais e confirmar os pontos focais responsáveis pelo acompanhamento do evento. • Solicitar aos municípios potencialmente afetados informações sobre condições locais, capacidade operacional, serviços essenciais, grupos vulneráveis e necessidades de preparação. • Articular com o CIEVS e demais áreas técnicas o acompanhamento integrado dos indicadores epidemiológicos, ambientais e assistenciais relacionados ao cenário. • Apoiar os municípios na adoção de medidas antecipatórias e preventivas. • Preparar informes e orientações técnicas para eventual disseminação.
ALERTA	• Intensificar e sistematizar o monitoramento das condições climáticas, ambientais e sanitárias diante da elevada probabilidade de ocorrência do evento ou do início de impactos. • Realizar análise de risco atualizada, considerando ameaça, exposição, vulnerabilidade, capacidade de resposta e possíveis repercussões sobre a saúde. • Intensificar o contato com os municípios sob maior risco para acompanhamento da situação local, capacidade dos serviços de saúde e necessidades de apoio. • Disseminar alertas, informes e recomendações técnicas aos municípios, serviços de saúde, áreas técnicas e instituições parceiras. • Consolidar informações provenientes das áreas técnicas estaduais e dos municípios para construção de análise integrada da situação. • Intensificar a articulação com Defesa Civil Estadual, Corpo de Bombeiros, órgãos ambientais e demais instituições estratégicas. • Avaliar continuamente a capacidade municipal e estadual de resposta e identificar antecipadamente necessidades adicionais de recursos. • Avaliar a necessidade de ativação da Sala de Situação em Saúde. • Prestar apoio técnico remoto e, quando indicado, presencial aos municípios sob maior risco. • Elaborar e atualizar informes técnicos, análises de situação e relatórios para subsidiar a tomada de decisão.

VIGIAR	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
EMERGÊNCIA	• Intensificar o monitoramento contínuo do evento e dos impactos efetivamente observados sobre a população, os territórios e o funcionamento dos serviços de saúde. • Manter acompanhamento sistemático dos municípios atingidos, identificando população afetada, danos, interrupção dos serviços, dificuldades de acesso e necessidades prioritárias. • Consolidar as informações produzidas pelos municípios e pelas áreas técnicas estaduais, mantendo atualizada a situação estadual. • Coordenar ou apoiar a aplicação e consolidação dos instrumentos de avaliação de danos e necessidades em saúde. • Intensificar o apoio técnico aos municípios afetados, priorizando aqueles com maior impacto, vulnerabilidade ou menor capacidade de resposta. • Participar da ativação e funcionamento da Sala de Situação ou do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública, conforme avaliação da gestão. • Subsidiar o COE-Saúde com análises de risco, situação dos municípios, danos, necessidades e recomendações técnicas. • Articular as áreas técnicas da SESA/RR para execução coordenada das medidas de vigilância, assistência, prevenção e proteção da população. • Manter articulação contínua com Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, órgãos ambientais, municípios e demais instituições envolvidas. • Manter comunicação com o Ministério da Saúde, encaminhando informações sobre a situação, danos, necessidades e ações desenvolvidas. • Produzir e atualizar relatórios de situação, informes técnicos e demais produtos necessários ao gerenciamento da emergência.

VIGIAR	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
CRISE	• Intensificar o monitoramento e a análise integrada da situação diante de impactos de grande magnitude, comprometimento relevante dos serviços essenciais e/ou insuficiência da capacidade de resposta instalada. • Manter funcionamento permanente ou ampliado do COE-Saúde, conforme decisão da gestão estadual, assegurando fluxo contínuo de informações para tomada de decisão. • Subsidiar a coordenação estadual da resposta com informações estratégicas atualizadas sobre municípios atingidos, população afetada, danos à infraestrutura de saúde, capacidade assistencial, recursos disponíveis e necessidades prioritárias. • Estabelecer prioridades de atuação considerando risco à vida, populações mais vulneráveis, continuidade dos serviços essenciais e territórios com capacidade de resposta comprometida. • Intensificar o apoio técnico e operacional aos municípios cuja capacidade de resposta tenha sido superada ou esteja significativamente comprometida. • Articular a mobilização extraordinária de recursos humanos, materiais, logísticos, assistenciais e financeiros necessários à resposta. • Articular a solicitação de apoio complementar ao Ministério da Saúde e a outras instituições quando os recursos disponíveis forem insuficientes. • Intensificar a articulação interinstitucional e intersetorial para garantir ações integradas de saúde, proteção, assistência e restabelecimento dos serviços essenciais. • Produzir e atualizar Relatórios de Situação, consolidando situação, ações realizadas, lacunas, necessidades e prioridades. • Registrar sistematicamente decisões, ações executadas, recursos mobilizados, necessidades identificadas e encaminhamentos realizados. • Avaliar os critérios para redução do nível operacional e apoiar a transição para recuperação, avaliação pós-evento e revisão dos instrumentos de preparação e resposta.

7.1.1.2 – CENTRO DE REFERÊNCIA DO TRABALHADOR - CEREST

VIGILÂNCIA EM SAÚDE O TRABALHADOR – CEREST/RR	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Analisar as notificações de Doenças e agravos das doenças relacionadas ao trabalho para conhecer e identificar o padrão epidemiológico. • Identificar municípios e territórios com maior vulnerabilidade ocupacional através do Perfil Produtivo do Estado. • Identificar os municípios silenciosos e orientar sobre identificação, investigação e notificação dos agravos relacionados ao trabalho. • Realizar educação permanente para profissionais da saúde sobre calor, fumaça, acidentes, intoxicações e outros riscos relacionados ao trabalho. • Desenvolver ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador nos ambientes e processos de trabalho considerados prioritários. • Participar da elaboração e atualização do Plano de Preparação para o El Niño. • Manter articulação com APS, Vigidesastres, CIEVS, VIGIAR, Vigiágua, Vigilância Epidemiológica, municípios e demais parceiros.
MOBILIZAÇÃO	• Intensificar o acompanhamento das notificações de agravos relacionados ao trabalho. • Atualizar o mapeamento dos trabalhadores mais expostos e dos municípios prioritários. • Mobilizar os CEREST Regionais, referências municipais e serviços de saúde para reforçar a vigilância. • Alertar os serviços sobre a possibilidade de aumento de agravos relacionados ao calor, fumaça, esforço físico intenso e exposição ocupacional. • Reforçar orientações sobre hidratação, pausas, locais de descanso, proteção solar, exposição à fumaça e organização das jornadas de trabalho. • Realizar orientações e capacitações rápidas para os municípios. • Preparar materiais técnicos e de comunicação de risco voltados aos trabalhadores. • Participar das reuniões de acompanhamento do cenário climático.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE O TRABALHADOR – CEREST/RR	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
ALERTA	• Intensificar o monitoramento diário ou periódico dos agravos relacionados ao trabalho nos municípios mais atingidos. • Verificar aumento de acidentes de trabalho, doenças respiratórias, intoxicações, agravos provocados pelo calor, desidratação, transtornos mentais e outros eventos relacionados ao trabalho. • Realizar ou apoiar busca ativa de casos quando houver aumento incomum de notificações. • Investigar se os agravos identificados possuem relação com a atividade profissional ou com as condições de trabalho. • Priorizar ações de vigilância nos ambientes com maior exposição ao calor, fumaça e incêndios. • Emitir orientações técnicas para serviços, trabalhadores, empregadores e municípios. • Recomendar medidas de redução da exposição quando forem identificadas situações de risco. • Compartilhar informações relevantes com Vigidesastres, CIEVS e demais áreas envolvidas na resposta.
EMERGÊNCIA	• Acompanhar de forma intensificada os agravos relacionados ao trabalho nas áreas atingidas. • Investigar prioritariamente acidentes graves, óbitos e outros eventos relacionados à exposição ao calor, fumaça, incêndios ou demais consequências do desastre. • Apoiar os municípios nas investigações e na definição das medidas de prevenção e controle. • Realizar ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador nos ambientes e processos considerados prioritários, quando houver condições de segurança. • Recomendar medidas imediatas para reduzir a exposição dos trabalhadores, como adequação de jornada, pausas adicionais, hidratação, repouso e afastamento de áreas de risco quando necessário. • Acompanhar as condições de trabalho das equipes envolvidas diretamente na resposta, especialmente trabalhadores da saúde, Defesa Civil, brigadistas, bombeiros, limpeza e outros grupos mobilizados. • Produzir informações sobre Saúde do Trabalhador para subsidiar decisões do COE-Saúde ou estrutura equivalente. • Articular ações com outras instituições quando o risco ultrapassar a capacidade de atuação exclusiva do setor saúde.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE O TRABALHADOR – CEREST/RR	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
CRISE	• Priorizar trabalhadores e atividades expostos a risco grave e imediato. • Monitorar continuamente acidentes graves, óbitos e outros agravos relacionados ao trabalho. • Apoiar investigações rápidas de eventos ocupacionais graves relacionados ao desastre. • Recomendar interrupção, reorganização ou restrição de atividades quando houver risco grave à saúde dos trabalhadores, respeitando as competências institucionais. • Intensificar a proteção dos trabalhadores envolvidos na resposta à emergência. • Monitorar impactos físicos e psicossociais sobre as equipes mobilizadas. • Apoiar a avaliação das necessidades dos municípios e trabalhadores afetados. • Produzir informações técnicas frequentes para apoiar a tomada de decisão da gestão.

7.1.2 – DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - DVE

7.1.2.1 – CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE - CIEVS

CIEVS	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Monitorar de forma contínua os dados de epidemiológicos relacionados a doenças respiratórias, de veiculação hídrica, arboviroses e agravos relacionados ao calor; • Monitorar de forma contínua os dados climáticos, ambientais e assistenciais com impacto relevante à saúde da população associado a seca e estiagem; • Realizar a vigilância baseada em rumores e eventos por meio de mecanismos de detecção ativa e passiva; • Realizar o compartilhamento com a área técnica do Vigidesastres informações relevantes captadas na vigilância baseada em rumores e eventos.
MOBILIZAÇÃO	• Intensificar o monitoramento de forma contínua os dados de epidemiológicos relacionados a doenças respiratórias, de veiculação hídrica, arboviroses e agravos relacionados ao calor; • Intensificar o monitoramento de forma contínua os dados climáticos, ambientais e assistenciais com impacto relevante à saúde da população associado a seca e estiagem; • Intensificar a realização da vigilância baseada em rumores e eventos por meio de mecanismos de detecção ativa e passiva; • Realizar avaliação de risco e acompanhar o agravamento de cenário; • Compartilhar informações e alertas técnicos com as áreas envolvidas.
ALERTA	• Continuar realizando as ações dos níveis de resposta anteriores; • Realizar Avaliação de Risco segundo critérios de probabilidade de ocorrência de uma Emergência em Saúde Pública (ESP) no território e o impacto frente a saúde humana, assistência, impacto social e na capacidade de resposta; • Emitir Alerta Epidemiológico aos gestores, profissionais de saúde e municípios sobre os riscos para a saúde associados as mudanças no cenário.
EMERGÊNCIA	• Continuar realizando as ações dos níveis de resposta anteriores; • Apoiar a operacionalização da Sala de Situação/COE e intensificar o monitoramento diário dos agravos relacionados ao cenário de seca e estiagem; • Ampliar comunicação de risco e orientações à população, gestores e profissionais de saúde sobre os riscos inerentes ao cenário de seca e estiagem; • Avaliar continuamente a necessidade de evolução do cenário de seca e estiagem.
CRISE	• Continuar realizando as ações dos níveis de resposta anteriores; • Consolidar dados de morbimortalidade e avaliar impactos à saúde da população exposta aos cenários de seca e estiagem; • Avaliar em conjunto com as vigilâncias o impacto acumulado da exposição ao cenário de seca e estiagem sobre a saúde da população mais vulnerável.

7.1.2.2 – NÚCLEO DE CONTROLE DAS DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS - NCDANT

NCDANT	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	Monitorar sistematicamente os dados de notificações de violências (interpessoal, doméstica, sexual e autoprovocada/tentativas de suicídio) e acidentes (de trânsito e acidentes de trabalho) no SINAN e SIM nas regiões prioritárias e mais vulneráveis à seca. Manter atualizadas as diretrizes, notas técnicas e fluxos de notificação compulsória de violências e lesões para os serviços de saúde. Apoiar e articular com os municípios, a Atenção Básica, o PSE (Programa Saúde na Escola) e a Rede de Proteção Social (CRAS/CREAS) ações contínuas de promoção da cultura de paz e prevenção de acidentes e violências. Promover capacitações e sensibilização técnica para os profissionais de saúde sobre o acolhimento humanizado, notificação e identificação precoce de casos de violência e risco de suicídio.
MOBILIZAÇÃO	Identificar, junto aos municípios e às demais áreas as populações (indígenas, ribeirinhas e rurais atingidas pela seca) com maior risco de acirramento de conflitos, estresse socioeconômico e vulnerabilidades socioambientais. Alertar preventivamente os pontos focais municipais de Vigilância de Violências sobre a probabilidade de aumento de conflitos, violência doméstica/familiar e agravos à saúde mental devido à escassez de recursos (água, alimentos, perda de safra/trabalho). Elaborar e/ou disponibilizar informe técnico contendo recomendações para identificação de sinais de sofrimento psíquico, ideação suicida e violências no contexto de estiagem/crise climática.
ALERTA	Intensificar a busca ativa e a análise diária/semanal dos registros de notificações de violências interpessoais, violência de gênero, agressões e tentativas de suicídio nos municípios em situação de risco ou emergência climática. Articular com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Defesa Civil, Conselho Tutelar e órgãos de Proteção Social para garantir o fluxo de acolhimento rápido das vítimas de violência e de pessoas em crise em áreas afetadas. Emitir recomendações aos municípios sob maior impacto para o fortalecimento da notificação contínua e a articulação de ações de saúde mental e prevenção do suicídio e da violência doméstica.
EMERGÊNCIA	Consolidar e analisar continuamente as notificações de violências, lesões corporais e tentativas de suicídio ocorridas na população afetada pelos incêndios/seca ou em abrigos temporários. Apoiar a estruturação de fluxos de atendimento imediato e suporte psicossocial (em parceria com a RAPS) para vítimas de violência, socorristas, brigadistas e populações desabrigadas/atingidas. Orientar e monitorar ações de prevenção à violência sexual, de gênero e contra crianças/idosos em locais de acolhimento de populações afetadas pela seca/queimadas.
CRISE	Intensificar o apoio técnico presencial/remoto aos municípios e abrigos auxiliando na articulação de equipes multiprofissionais para atenção às vítimas de violência grave ou trauma/sofrimento mental agudo. Registrar as ocorrências de causas externas e violências registradas durante o evento crítico, iniciando a avaliação dos impactos na saúde mental da população afetada e apoiando a fase de transição e recuperação.

7.1.2.3 – NÚCLEO DE CONTROLE DE DOENÇAS DE TRANSMISSÃO HÍDRICA E ALIMENTAR - NCDTHA

NCDTHA	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	- Realizar análise de risco epidemiológico dos impactos do El Niño sobre as DTHA, identificando municípios, localidades rurais, comunidades indígenas e áreas com maior vulnerabilidade relacionada ao abastecimento de água e saneamento. - Fortalecer a vigilância da doença diarreica aguda (DDA), garantindo regularidade e qualidade das notificações pelas unidades sentinelas. - Monitorar os indicadores epidemiológicos de DTHA, estabelecendo linha de base para comparação durante os períodos de alerta. - Capacitar profissionais municipais para detecção precoce, investigação, notificação e resposta aos surtos de DTHA. - Atualizar os fluxos de comunicação entre municípios, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, LACEN, Atenção Primária, Defesa Civil e demais setores envolvidos - Manter cadastro atualizado de contatos municipais e responsáveis pela vigilância.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar o monitoramento dos casos de DDA, comparando os dados atuais com a linha de base histórica. - Identificar precocemente alterações no padrão epidemiológico, como aumento de casos, concentração espacial ou aumento de hospitalizações. - Reforçar a busca ativa de informações junto aos municípios com dificuldade ou atraso de notificação. - Articular com o LACEN para garantir capacidade de recebimento e processamento das amostras prioritárias. - Estabelecer boletim ou informe epidemiológico periódico para acompanhamento do cenário. - Orientar os municípios para vigilância e resposta.
ALERTA	- Intensificar a vigilância epidemiológica da DDA, com acompanhamento mais frequente dos casos por município, faixa etária, localidade e unidade notificadora. - Monitorar diariamente ou semanalmente os municípios prioritários, conforme a gravidade do cenário. - Investigar imediatamente aumento incomum de casos, especialmente quando houver concentração em determinada comunidade, escola, abrigo, unidade de saúde ou localidade. - Realizar investigação epidemiológica e ambiental de possíveis surtos, em articulação com Vigilância Ambiental e Vigilância Sanitária. - Solicitar coleta de amostras clínicas, água e alimentos, quando indicada - Intensificar a comunicação entre Estado e municípios, estabelecendo informes regulares sobre a situação epidemiológica - Emitir alertas epidemiológicos quando forem identificadas situações de risco ou alteração significativa do padrão epidemiológico

EMERGÊNCIA	• Ativar imediatamente a resposta estadual para DTHA, integrando Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, LACEN, Atenção à Saúde e Defesa Civil. • Realizar investigação epidemiológica imediata dos surtos, identificando fonte provável, população exposta, distribuição dos casos e fatores de risco. • Realizar busca ativa de casos e contatos, conforme a situação epidemiológica. • Intensificar coleta e análise de amostras clínicas, de água e alimentos, conforme investigação. • Monitorar casos graves, hospitalizações e óbitos, com comunicação imediata de eventos de maior gravidade. • Garantir fluxo rápido de informações entre município e Estado, com atualização sistemática da situação epidemiológica. • Emitir informes epidemiológicos e comunicados de risco para profissionais e população. • Orientar a população afetada sobre medidas imediatas de prevenção, principalmente utilização de água segura, higiene das mãos, preparo e conservação adequada dos alimentos. • Avaliar diariamente a evolução do evento, redefinindo as estratégias de resposta conforme o cenário.
CRISE	• Realizar monitoramento epidemiológico priorizando surtos, casos graves, hospitalizações e óbitos. • Consolidar informações provenientes dos municípios, e todos os órgãos envolvidos. • Elaborar boletins de situação periodicos, subsidiando a gestao estadual na tomada de decisões. • Acionar equipe de resposta rápida para apoio aos municípios sem capacidade operacional. • Priorizar a investigação de surtos de maior magnitude, gravidade ou potencial de disseminação. • Intensificar coleta de amostas clínicas, água e alimento. • Estabelecer fluxo prioritário com o LACEN. • Intesificar a comunicação de risco com informações para gestores, profissionais de saúde e população. • Reavaliar continuamente os níveis de risco.

7.1.2.4 – NÚCLEO DE CONTROLE DE INFLUENZA E FEBRE MACULOSA, LEPTOSPIROSE E OUTRAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS - NCPFIT

NCPFIT	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	- Realizar o monitoramento sistemático dos atendimentos por síndrome gripal e internações por síndrome respiratória aguda grave. - Acompanhar a circulação viral no estado, atentando para alterações fora do esperado. - Manter atualizado o painel semanal de vigilância das síndromes gripais. - Manter atualizados os fluxos e orientações a respeito das medidas de prevenção para síndrome gripal e síndrome respiratória aguda grave. - Apoiar tecnicamente os municípios no fortalecimento contínuo desses fluxos.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar o acompanhamento das previsões, boletins e alertas notificados pela rede que indiquem possibilidade de alteração do cenário de normalidade. - Identificar municípios, territórios, populações e serviços de saúde com maior número de atendimento do que a normalidade. - Solicitar aos municípios informações sobre condições locais, capacidade operacional, serviços essenciais, grupos vulneráveis e necessidades diante do aumento da demanda em comparação a capacidade de atendimento. - Articular com o CIEVS o acompanhamento integrado dos indicadores epidemiológicos, ambientais e assistenciais relacionados ao cenário. - Apoiar os municípios na adoção de medidas preventivas. - Preparar informes e orientações técnicas para eventual disseminação.
ALERTA	- Sinalizar para as áreas de interesse o aumento atípico de casos de síndrome respiratória aguda grave notificadas, ou desfechos que indiquem gravidade maior desses casos. - Realizar análise de risco em parceria com o CIEVS para, caso necessário publicação de notas de orientação. - Intensificar o contato com os municípios para acompanhamento da situação local, capacidade dos serviços de saúde e necessidades de apoio. - Disseminar alertas, informes e recomendações técnicas aos municípios e serviços de saúde. - Consolidar informações provenientes dos bancos de dado de monitoramento das síndromes gripais, laboratorial e dos municípios para análise integrada da situação. - Avaliar continuamente a capacidade municipal e estadual de resposta no que diz respeito a leitos de internação e capacidade de atendimento. - Prestar apoio técnico remoto e, quando indicado, presencial aos municípios e unidades que necessitem. - Elaborar e atualizar informes técnicos, análises de situação e relatórios para subsidiar a tomada de decisão.
EMERGÊNCIA	- Intensificar o monitoramento contínuo dos casos de síndrome respiratória aguda grave e o funcionamento dos serviços de saúde. - Consolidar as informações produzidas através de boletins, mantendo atualizada a situação estadual. - Produzir e atualizar relatórios de situação, informes técnicos e demais produtos necessários ao gerenciamento da emergência.

CRISE	• Intensificar o monitoramento e a análise integrada dos casos. • Subsidiar a coordenação estadual da resposta com informações estratégicas atualizadas sobre o quantitativo de população afetada no que se refere a síndromes gripais, capacidade assistencial, recursos disponíveis e necessidades prioritárias. • Intensificar o apoio técnico e operacional aos municípios cuja capacidade de resposta tenha sido superada ou esteja significativamente comprometida.
---------------------	---

7.1.2.5 – NÚCLEO DE VIGILÂNCIA HOSPITALAR - NVH

NVH	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Fortalecer juntos aos Núcleos Hospitalares de Epidemiologia – NHE e Unidade de Vigilância Epidemiológica – UVE da Rede Estadual de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (Reveh-RR) e da Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar em Roraima (Renaveh-RR) a manter a notificação compulsória de rotina das doenças de notificação de doenças, agravos e eventos de saúde pública (DAE), com ênfase nas Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA), Síndromes Respiratórias e Intoxicação Exógena; • Orientar as redes Reveh e Renaveh/RR a fortalecer os fluxos de DAE e participar das atualizações de fluxo e manejo clínico sobre Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), monitoramento de diarreias (DDA) e Intoxicação Exógena, entre outras; • Divulgar os boletins do Vigidesastres para as redes Reveh e Renaveh/RR e orientar sua divulgação nos estabelecimentos de saúde.
MOBILIZAÇÃO	• Emitir uma Nota Técnica para todos os NHEs e UVEs das redes Reveh e Renaveh/RR para fortalecer ainda mais a busca ativa diária de casos suspeitos nas portas de urgência e emergência; • Agendar reuniões com os NHEs das principais unidades do estado: Hospital Geral de Roraima -HGR, Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré - HMINSN, UPA Cosme e Silva e Hospital da Criança Santo Antônio – HCSA, para alinhamento de dados e fluxos de vigilância de acordo com a necessidade; • Orientar os NHEs para articular com o setor da farmácia de cada hospital referência quanto ao abastecimento de medicamentos para as DAE e com o laboratório sobre a disponibilidade de kits de coleta de exames laboratoriais como: kits para vírus respiratórios, swab para DDA, etc.
ALERTA	• Manter as ações desenvolvidas nos níveis anteriores; • Fortalecer a comunicação de DAE imediata para o NVH estadual; • Orientar os NHE para divulgar o boletim diário de ocupação de leitos de UTI e enfermaria por causas ambientais/climáticas produzido pela equipe técnica do Vigidesastres estadual e/ou Cievs Roraima; • Orientar os NHE para notificar surto hospitalar em até 24h, sobretudo, relacionados a causas ambientais/climáticas; • Orientar os NHE para apoiarem o setor de Comissão de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH, na investigação surto hospitalar (em até 24h) sobretudo relacionados a causas ambientais/climáticas; • Orientar os NHE para apoiarem o setor de CCIH quanto a recomendar a separação física nas recepções dos hospitais de pacientes com sintomas respiratórios exacerbados pela fumaça, mitigando infecções cruzadas.
EMERGÊNCIA	• Manter as ações desenvolvidas nos níveis anteriores; • Instalar o NVH Estadual em regime de plantão na Sala de Situação de Saúde por Desastres para recebimento de DAE imediata; • Orientar os NHE para apoiarem o serviço de verificação de óbito na investigação imediata de qualquer óbito suspeito de ter relação direta com o clima extrema (insolação, choque térmico, desidratação severa em idosos/crianças, asma refratária pela fumaça), quando solicitados; • Apoiar a Sala de Situação de Saúde por Desastres na produção de relatórios técnicos de perfil de DAE notificados pelas redes Reveh-RR e Renaveh-RR; • Mapear e formalizar quais hospitais das redes Reveh-RR e Renaveh-RR necessitam de reforço de recursos humanos e insumos.

CRISE	• Manter as ações desenvolvidas nos níveis anteriores; • Fomentar e participar da estruturação de UVE dentro das estruturas de hospitais retaguarda de suporte aos hospitais das redes Reveh-RR e Renaveh-RR, erguidos para mitigação dos desastres.
-------	---

7.1.2.6 – SALA DE SITUAÇÃO DE SAÚDE

SALA DE SITUAÇÃO DE SAÚDE	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	Consolidação do perfil de base (Análise de Situação de Saúde - ASIS): Avaliar a série histórica e atualizar a Análise de Situação de Saúde das populações sob maior risco habitual (como o perfil de tuberculose e agravos respiratórios em áreas indígenas e migrantes). Cruzamento de sistemas de informação: Monitorar de forma rotineira os bancos de dados do SINAN, SINASC e SIM, estabelecendo as taxas de incidência basais para doenças de veiculação hídrica e respiratórias em Roraima. Padronização de indicadores: Participar da definição de quais serão os indicadores-chave de monitoramento epidemiológico que servirão de gatilho para os próximos níveis do plano.
MOBILIZAÇÃO	Extração e análise quadrimestral e mensal intensificada: Acelerar o ritmo de consolidação dos dados e gerar painéis específicos para o acompanhamento de grupos vulneráveis (crianças, idosos e comunidades isoladas pela seca). Criação de linhas de tendência: Comparar o comportamento atual das notificações (Ex: surtos de diarreia ou aumento de internações por asma devido a queimadas) com a média histórica daquele mesmo período em anos anteriores. Suporte de dados ao Departamento de Vigilância Epidemiológica (DVE): Subsidiar a diretoria do DVE com relatórios estatísticos executivos preliminares indicando anomalias epidemiológicas georreferenciadas.
ALERTA	Emissão do Boletim de Análise de Situação de Saúde (ASIS especial): Elaborar informativos técnicos contendo o perfil epidemiológico em tempo real dos municípios que começam a sofrer desabastecimento ou fumaça intensa. Identificação de clusters (Aglomerados de casos): Apontar estatisticamente os bairros/comunidades que estão registrando picos acima do limite endêmico aceitável. Articulação estratégica com o CIEVS: Participar da elaboração de relatórios de inteligência analítica, quando necessário, com o CIEVS Roraima (que é a gerência de resposta rápida e emergências em saúde pública do DVE), permitindo que eles declarem o alerta com base científica.
EMERGÊNCIA	Monitoramento epidemiológico de alta frequência: Atualizar os dados de óbito decorrentes diretamente da crise climática do El Niño (ex: surtos graves de DDA ou complicações por inalação de material particulado). Análise de impacto na rede hospitalar: Apoiar a Coordenadoria Geral de Urgência e Emergência e o CIEVS Roraima no cálculo das taxas de ocupação de leitos provocadas pelos agravos ambientais Fornecimento de evidência científica para tomada de decisão: Apoiar os setores responsáveis a produzir relatórios analíticos para embasar decretos de emergência sanitária.
CRISE	Consolidação de dados epidemiológicos diários: Auxiliar o Centro de Operações de Emergência (COE) e a sala de situação instituída na extração das notificações de agravos prioritários da crise vindas dos municípios (como desidratação grave, intoxicação por inalação de fumaça, surtos de Doenças Diarreicas Agudas - DDA, e picos de acidentes por animais peçonhentos desalojados pelo fogo). Alimentação direta do COE e do CIEVS: Auxiliar o COE, a sala de situação e o CIEVS na geração de gráficos de tendência epidemiológica para as áreas específicas gerarem as estratégias de contenção. Monitoramento de indicadores de excesso de mortalidade: Cruzar dados do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) para identificar se a crise climática está gerando um aumento atípico de óbitos em grupos vulneráveis (idosos, crianças e pacientes com comorbidades cardiorrespiratórias). Análise de impacto na rede hospitalar: Apoiar a Coordenadoria Geral de Urgência e Emergência e o CIEVS Roraima no cálculo das taxas de ocupação de leitos provocadas pelos agravos ambientais

7.1.2.7 – NÚCLEO DE CONTROLE DE FEBRE AMARELA E DENGUE – NCFAD

NCFAD	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	Monitorar a ocorrência de casos através das ferramentas de monitoramento de transmissão de casos: Diagrama de Controle e Histograma – dengue / curvas epidemiológicas de incidência. Monitorar as atividades de campo dos municípios. Organização de ações de controle de vetores forma complementar as ações de rotina, com incremento de outras ferramentas para o controle vetorial. Apoiar/realizar a manutenção e revisão dos equipamentos aspersores de inseticidas (frota estadual e municipal). Sinalizar as vigilâncias epidemiológicas municipais sobre a importância da identificação precoce de casos suspeitos, bem como da notificação e digitação oportuna de casos e óbitos suspeitos no Sinan. Realizar e apoiar capacitações no nível municipal, na identificação precoce de casos suspeitos e no manejo clínico de dengue, chikungunya e zika, esclarecendo e disponibilizando os protocolos. Elaborar e disseminar para os serviços da rede pública e privada os protocolos de prevenção, controle e manejo clínico das arboviroses urbanas. Manter o fluxo de informações epidemiológicas e de infestação com as demais áreas técnicas. Acompanhar o desenvolvimento de ações municipais consideradas estratégicas para identificação da mudança de nível oportunamente: • Alimentação oportuna do SINAN. • Estruturação da sala de situação local. • Participação nas salas de situação municipal • Estrutura/atuação das equipes de vigilância epidemiológica e de controle do vetor. • Desenvolvimento de ações de controle de vetor em áreas de maior infestação: Pontos Estratégicos e Imóveis Especiais. • Desenvolvimento de ações de controle de criadouros a partir da notificação do caso suspeito. Realização de análises conjuntas de cenários de potenciais riscos à proliferação vetorial, tais como: abastecimento de água, coleta de resíduos e rede de esgoto.
MOBILIZAÇÃO	Monitorar a ocorrência de casos através das ferramentas de monitoramento de transmissão de casos: Diagrama de Controle e Histograma – dengue / curvas epidemiológicas de incidência. Monitorar as atividades de campo dos municípios. Organização de ações de controle de vetores forma complementar as ações de rotina, com incremento de outras ferramentas para o controle vetorial. Apoiar/realizar a manutenção e revisão dos equipamentos aspersores de inseticidas (frota estadual e municipal). Sinalizar as vigilâncias epidemiológicas municipais sobre a importância da identificação precoce de casos suspeitos, bem como da notificação e digitação oportuna de casos e óbitos suspeitos no Sinan. Realizar e apoiar capacitações no nível municipal, na identificação precoce de casos suspeitos e no manejo clínico de dengue, chikungunya e zika, esclarecendo e disponibilizando os protocolos. Elaborar e disseminar para os serviços da rede pública e privada os protocolos de prevenção, controle e manejo clínico das arboviroses urbanas. Manter o fluxo de informações epidemiológicas e de infestação com as demais áreas técnicas. Acompanhar o desenvolvimento de ações municipais consideradas estratégicas para identificação da mudança de nível oportunamente: • Alimentação oportuna do SINAN. • Estruturação da sala de situação local. • Participação nas salas de situação municipal • Estrutura/atuação das equipes de vigilância epidemiológica e de controle do vetor. • Desenvolvimento de ações de controle de vetor em áreas de maior infestação: Pontos Estratégicos e Imóveis Especiais.

	Desenvolvimento de ações de controle de criadouros a partir da notificação do caso suspeito. Realização de análises conjuntas de cenários de potenciais riscos à proliferação vetorial, tais como: abastecimento de água, coleta de resíduos e rede de esgoto.
ALERTA	Monitorar a ocorrência de casos através das ferramentas de monitoramento de transmissão de casos: Diagrama de Controle e Histograma – dengue/ curvas epidemiológicas de incidência. Participar das atividades de campo dos municípios. Organização de ações de controle de vetores forma complementar as ações de rotina, com incremento de outras ferramentas para o controle vetorial. Apoiar/realizar a manutenção e revisão dos equipamentos aspersores de inseticidas (frota estadual e municipal). Acompanhar as vigilâncias epidemiológicas municipais na identificação precoce de casos suspeitos, bem como da notificação e digitação oportuna de casos e óbitos suspeitos no Sinan. Realizar capacitações no nível municipal, visando identificação precoce de casos suspeitos e no manejo clínico de dengue, chikungunya e zika, acompanhando a execução dos protocolos. Elaborar rotina de acompanhamento dos serviços da rede privada, com acionamento de outras áreas técnicas da CGVS, para verificar o cumprimento dos protocolos de prevenção, controle e manejo clínico das arboviroses urbanas. Manter o fluxo de informações epidemiológicas e de infestação com as demais áreas técnicas. Acompanhar o desenvolvimento de ações municipais consideradas estratégicas para identificação da mudança de nível oportunamente: - Alimentação oportuna do SINAN. - Estruturação da sala de situação local. - Participação nas salas de situação municipal - Estrutura/atuação das equipes de vigilância epidemiológica e de controle do vetor. - Desenvolvimento de ações de controle de vetor em áreas de maior infestação: Pontos Estratégicos e Imóveis Especiais. - Desenvolvimento de ações de controle de criadouros a partir da notificação do caso suspeito. Realização de análises conjuntas de cenários de potenciais riscos à proliferação vetorial, tais como: abastecimento de água, coleta de resíduos e rede de esgoto.
EMERGÊNCIA	Monitorar a ocorrência de casos através das ferramentas de monitoramento de transmissão de casos: Diagrama de Controle e Histograma – dengue/ curvas epidemiológicas de incidência. Monitorar a ocorrência de casos graves e óbitos, e promover a investigação oportuna desses casos tentando identificar possíveis falhas na identificação e manejo dos casos, para adotar medidas de intervenção. Participar das atividades de campo dos municípios de acordo com as definições do COE. Manter o fluxo de informações epidemiológicas e de infestação com as demais áreas técnicas. Acompanhar o desenvolvimento de ações municipais consideradas estratégicas para identificação da mudança de nível oportunamente: - Alimentação oportuna do SINAN. - Estruturação da sala de situação local. - Participação nas salas de situação municipal - Estrutura/atuação das equipes de vigilância epidemiológica e de controle do vetor. - Desenvolvimento de ações de controle de vetor em áreas de maior infestação: Pontos Estratégicos e Imóveis Especiais. - Desenvolvimento de ações de controle de criadouros a partir da notificação do caso suspeito. Realização de análises conjuntas de cenários de potenciais riscos à proliferação vetorial, tais como: abastecimento de água, coleta de resíduos e rede de esgoto.
CRISE	Obs. O Plano de Contingência das Arboviroses, são quarto cenários

7.1.2.8 – NÚCLEO DE CONTROLE DE ZONÓSES – NCZ

NCZ	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Monitorar regularmente os agravos e eventos de interesse do Núcleo de Controle de Zoonoses (NCZ), com atenção para doenças e agravos que possam sofrer alteração de ocorrência durante períodos de seca, estiagem, queimadas, calor e alterações ambientais. • Acompanhar notificações e registros no SINAN e demais sistemas de informação relacionados às zoonoses, identificando aumento incomum de casos e possíveis áreas de risco. • Manter atualizados os contatos dos responsáveis municipais pelas ações de zoonoses e os fluxos de comunicação e notificação. • Apoiar os municípios na orientação preventiva à população e aos profissionais de saúde sobre zoonoses relacionadas a alterações ambientais e aumento da exposição a vetores, reservatórios e animais peçonhentos. • Monitorar a disponibilidade de insumos estratégicos relacionados às ações de zoonoses, quando aplicável, articulando com as áreas responsáveis pela distribuição e abastecimento. • Realizar capacitações, orientações técnicas e atividades educativas para os municípios sobre vigilância, prevenção, notificação e resposta aos agravos de responsabilidade do NCZ.
MOBILIZAÇÃO	• Intensificar o monitoramento dos agravos de responsabilidade do NCZ nos municípios potencialmente afetados pelo cenário de El Niño. • Solicitar aos municípios informações sobre aumento de notificações, exposição a animais, vetores e reservatórios, ocorrências de acidentes por animais peçonhentos e demais eventos relacionados às zoonoses. • Orientar os municípios quanto à intensificação das ações de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de acordo com o risco identificado. • Verificar a situação dos estoques de insumos estratégicos relacionados às zoonoses nos municípios prioritários e comunicar necessidades à gestão estadual. • Articular com Vigilância Epidemiológica, CIEVS, Atenção Primária, Vigilância Ambiental e demais áreas técnicas o acompanhamento integrado dos eventos relacionados às zoonoses. • Preparar informes e orientações técnicas para os municípios sobre medidas preventivas e fluxos de comunicação durante o período de maior risco.
ALERTA	• Intensificar o monitoramento dos sistemas de informação e das notificações de zoonoses, buscando identificar aumento de casos, concentração territorial ou mudança no padrão de ocorrência. • Realizar acompanhamento periódico dos municípios sob maior risco, priorizando áreas com maior vulnerabilidade, população exposta e dificuldade de acesso aos serviços. • Orientar os municípios quanto à intensificação das medidas de prevenção e controle de zoonoses, incluindo vigilância de vetores, reservatórios, animais peçonhentos e situações de exposição ambiental. • Monitorar a disponibilidade e necessidade de reposição de insumos estratégicos e apoiar a articulação para garantir a continuidade das ações. • Emitir alertas, notas ou orientações técnicas aos municípios e serviços de saúde quando identificada situação de risco ou aumento de ocorrência. • Encaminhar informações consolidadas ao VIGIDESASTRES/SESAU e demais áreas responsáveis para subsidiar a análise integrada da situação.

EMERGÊNCIA	• Intensificar o monitoramento diário ou conforme necessidade dos agravos e eventos relacionados às zoonoses nos municípios atingidos. • Identificar rapidamente aumento de casos, surtos, áreas de maior exposição e situações que demandem intervenção ou apoio técnico estadual. • Apoiar tecnicamente os municípios afetados na investigação, notificação, manejo das informações e adoção de medidas de prevenção e controle dos agravos relacionados às zoonoses. • Avaliar e comunicar necessidades de insumos, medicamentos, testes, soros e demais recursos estratégicos relacionados às ações do NCZ, conforme o agravo e a situação identificada. • Participar da Sala de Situação/COE-Saúde, quando acionado, fornecendo dados, análises e informações sobre a situação das zoonoses. • Elaborar atualizações e relatórios de situação sobre os agravos acompanhados pelo NCZ, incluindo casos identificados, municípios afetados, ações realizadas, necessidades e encaminhamentos.
CRISE	• Manter monitoramento contínuo dos agravos e eventos relacionados às zoonoses nos territórios afetados, com priorização das áreas onde a capacidade de resposta esteja comprometida. • Apoiar a definição de prioridades para vigilância, prevenção e controle de zoonoses, considerando magnitude do evento, população exposta, vulnerabilidades e risco de agravamento da situação. • Intensificar o apoio técnico e operacional aos municípios que necessitem de suporte estadual para investigação, vigilância e controle dos agravos. • Articular a mobilização e redistribuição de insumos e recursos estratégicos necessários às ações de zoonoses, conforme disponibilidade e avaliação da situação. • Fornecer informações atualizadas ao COE-Saúde, VIGIDESASTRES e demais instâncias de gestão para subsidiar a tomada de decisão. • Registrar sistematicamente as ações realizadas, demandas recebidas, recursos mobilizados, municípios apoiados e necessidades identificadas. • Participar da avaliação pós-evento, contribuindo para a identificação de falhas, necessidades de melhoria e atualização dos fluxos e instrumentos de preparação e resposta.

7.1.2.9 – NÚCLEO DE CONTROLE DA MALÁRIA – NCM

NCM	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Monitorar semanalmente os casos, a incidência e as áreas de transmissão; acompanhar indicadores climáticos e ambientais; atualizar o plano de contingência; • Avaliar estoques de testes, medicamentos, inseticidas e mosquiteiros; manter municípios, LACEN orientados; • Capacitar equipes e mapear áreas vulneráveis ao El Niño.
MOBILIZAÇÃO	• Intensificar a vigilância nos municípios e localidades vulneráveis; • Emitir alerta técnico aos municípios; verificar e redistribuir insumos; • Preparar equipes de resposta rápida; fortalecer a busca ativa e o diagnóstico oportuno; priorizar áreas com aumento de casos, queimadas, deslocamentos populacionais ou dificuldade de acesso.

ALERTA	• Realizar análise diária da situação epidemiológica; • Investigar casos e focos de transmissão; • Apoiar busca ativa, diagnóstico e tratamento oportuno; • Deslocar equipes e insumos para áreas prioritárias; • Intensificar BRI e distribuição de mosquiteiros conforme avaliação epidemiológica e entomológica; • Articular ações com municípios, LACEN e parceiros
EMERGÊNCIA	• Integrar o Centro de Operações de Emergência; • Mobilizar equipes estaduais de resposta rápida; • Ampliar diagnóstico, tratamento e busca ativa; • Garantir abastecimento emergencial e redistribuição de insumos; intensificar investigação e controle de focos; • Apoiar populações isoladas, indígenas, migrantes e áreas de garimpo; • Emitir boletim diário e solicitar apoio ao Ministério da Saúde quando necessário.
CRISE	• Manter diagnóstico e tratamento como serviços essenciais; • Concentrar recursos nas áreas com maior transmissão, óbitos ou interrupção da assistência; • Instalar atendimento temporário ou móvel; • Executar distribuição emergencial de insumos; • Coordenar resposta integrada com municípios, Defesa Civil e Ministério da Saúde; • Monitorar diariamente casos graves, óbitos, desabastecimento e localidades sem acesso.

7.1.2.10 – NÚCLEO DE CONTROLE DAS HEPATITES VIRAIS – NCHV

COORDENAÇÃO / ÁREA TÉCNICA	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	- Atualizar o mapeamento das ameaças relacionadas à hepatite A, vulnerabilidades, populações expostas, áreas prioritárias e serviços de saúde estratégicos para o controle da doença. - Identificar municípios e grupos populacionais com maior vulnerabilidade à hepatite A e/ou menor capacidade de resposta aos surtos. - Apoiar tecnicamente os municípios na elaboração e atualização dos planos e protocolos específicos de preparação e resposta para a hepatite A. - Promover e apoiar capacitações e oficinas para profissionais e gestores do SUS focadas na detecção, prevenção e manejo da hepatite A. - Apoiar a elaboração de materiais técnicos e estratégias de comunicação de risco para informar e orientar a população sobre a prevenção da hepatite A.
MOBILIZAÇÃO	- Realizar avaliação preliminar da ameaça, considerando a magnitude prevista do surto, duração, extensão territorial e impacto na saúde pública. - Identificar municípios, territórios, populações e serviços de saúde potencialmente expostos ao risco de hepatite A. - Mobilizar a rede de contatos institucionais, confirmando os responsáveis pelo acompanhamento do surto. - Solicitar aos municípios afetados informações sobre a situação local, capacidade operacional dos serviços de saúde, grupos vulneráveis e necessidades para resposta ao surto. - Apoiar os municípios na adoção de medidas antecipatórias e preventivas para conter a transmissão da hepatite A.
ALERTA	- Intensificar e sistematizar o monitoramento dos casos suspeitos, prováveis e confirmados de hepatite A. - Intensificar o contato com os municípios sob maior risco ou com ocorrência de casos e surtos. - Consolidar informações provenientes das áreas técnicas estaduais e dos municípios para construção de análise integrada da situação epidemiológica. - Intensificar a articulação com Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Atenção Primária à Saúde, Vigilância Ambiental, imunização e laboratório de saúde pública. - Elaborar e atualizar informes epidemiológicos, análises de situação, notas técnicas e relatórios. - Avaliar e intensificar as estratégias de vacinação contra hepatite A e outras medidas de controle direcionadas aos grupos e territórios prioritários.
EMERGÊNCIA	- Intensificar o monitoramento contínuo da situação epidemiológica da hepatite A e dos impactos observados na população e nos territórios. - Manter acompanhamento sistemático dos municípios com ocorrência de casos ou surtos, identificando população afetada, número de casos suspeitos e confirmados, hospitalizações, óbitos, grupos vulneráveis, possíveis fontes e formas de transmissão e necessidades prioritárias. - Intensificar o apoio técnico aos municípios afetados, priorizando aqueles com maior número de casos e ocorrência de surtos e maior vulnerabilidade da população. - Intensificar as ações de comunicação de risco e educação em saúde, orientando profissionais e população quanto às medidas de prevenção da hepatite A. - Avaliar e apoiar a implementação das estratégias de vacinação contra hepatite A. - Produzir e atualizar boletins epidemiológicos, informes técnicos, análises de situação, notas técnicas necessários.

CRISE	• Intensificar o monitoramento e a análise integrada da situação epidemiológica da hepatite A diante de surtos de grande magnitude. • Intensificar o apoio técnico e operacional aos municípios cuja capacidade de resposta tenha sido superada ou esteja significativamente comprometida. • Intensificar as ações de investigação e controle de surtos, com identificação de possíveis fontes de infecção, vínculos epidemiológicos, contatos e populações expostas, adotando medidas oportunas para interromper ou reduzir a transmissão. • Registrar sistematicamente as decisões, ações executadas, recursos mobilizados, municípios apoiados, medidas de controle implementadas, necessidades identificadas e encaminhamentos realizados.
---------------------	---

7.1.2 – DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – DVS

	COORDENAÇÃO / ÁREA TÉCNICA
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	1. SEGURANÇA DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO • Promover ações de capacitação/orientação das Vigilâncias Sanitárias municipais para atuação diante dos riscos sanitários associados à escassez e ao abastecimento alternativo de água. • Monitorar, em articulação com as Vigilâncias Sanitárias municipais e a Vigilância Ambiental, as condições sanitárias relacionadas ao abastecimento e à distribuição de água para consumo humano. • Orientar as Vigilâncias Sanitárias municipais quanto às medidas de controle sanitário aplicáveis aos veículos transportadores de água para consumo humano. • Apoiar tecnicamente os municípios na preparação para as ações de fiscalização sanitária relacionadas ao abastecimento de água durante períodos de estiagem. • Manter atualizados os fluxos oficiais para solicitação de apoio da Vigilância Sanitária Estadual pelos municípios que não disponham de capacidade operacional para realizar a fiscalização dos veículos transportadores de água. • Verificar a capacidade operacional das Vigilâncias Sanitárias municipais para execução das ações de fiscalização necessárias ao cenário. 2. MONITORAMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS (escolas, creches, hospitais, UBS's e serviços de alimentação) • Orientar as Vigilâncias Sanitárias municipais quanto à verificação das condições de abastecimento e armazenamento de água potável e das condições mínimas de higiene nos serviços essenciais, no âmbito de sua competência. • Apoiar tecnicamente os municípios na definição dos aspectos sanitários a serem observados nas inspeções desses serviços, considerando os riscos associados à escassez de água. • Identificar os hospitais e UBS's potencialmente vulneráveis à redução ou interrupção do abastecimento de água. • Orientar os hospitais quanto à necessidade de manutenção de reserva de água potável e das condições mínimas de higiene para garantir a segurança sanitária dos serviços.

COORDENAÇÃO / ÁREA TÉCNICA	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
MOBILIZAÇÃO	1. SEGURANÇA DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO • Intensificar o monitoramento das condições de abastecimento e distribuição de água nos municípios potencialmente afetados. • Identificar, em conjunto com os municípios, as localidades com maior vulnerabilidade sanitária decorrente da redução ou interrupção do abastecimento de água. • Deliberar junto as Vigilâncias Sanitárias municipais quanto à necessidade de intensificação das ações de fiscalização e controle sanitário dos veículos transportadores de água. • Avaliar a capacidade operacional das Vigilâncias Sanitárias municipais para execução das ações de fiscalização necessárias ao cenário. • Receber, avaliar e diligenciar as solicitações formais dos municípios que necessitem de apoio da VISA estadual para fiscalização e licenciamento sanitário dos veículos transportadores de água. 2. MONITORAMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS (escolas, creches, hospitais, UBS's e serviços de alimentação) • Identificar, em conjunto com as Vigilâncias Sanitárias municipais, os serviços essenciais potencialmente vulneráveis à redução ou interrupção do abastecimento de água. • Orientar a intensificação das inspeções sanitárias nesses serviços, com atenção à disponibilidade de reserva de água potável e às condições mínimas de higiene. • Identificar os hospitais e UBS's potencialmente vulneráveis à redução ou interrupção do abastecimento de água. • Orientar os hospitais e UBS's quanto à adoção de medidas preventivas para manutenção da reserva de água potável e das condições mínimas de higiene.

COORDENAÇÃO / ÁREA TÉCNICA	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
ALERTA	1. SEGURANÇA DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO - Intensificar o monitoramento das condições sanitárias relacionadas ao abastecimento e à distribuição de água nos municípios sob maior risco. - Acompanhar as ações de fiscalização realizadas pelas Vigilâncias Sanitárias municipais nos veículos transportadores de água para consumo humano. - Apoiar tecnicamente aos municípios para adoção de medidas de controle sanitário relacionadas ao abastecimento alternativo de água. - Fiscalizar e licenciar os veículos transportadores de água, quando formalmente solicitado pelo município e identificada insuficiência de capacidade operacional local. - Compartilhar informações relevantes com as demais áreas da Vigilância em Saúde para subsidiar a avaliação integrada dos riscos relacionados ao abastecimento de água. - Monitorar, em articulação com as Vigilâncias Sanitárias municipais, as inspeções realizadas nos serviços essenciais localizados em municípios sob maior risco. 2. MONITORAMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS (escolas, creches, hospitais, UBS's e serviços de alimentação) - Acompanhar as condições de disponibilidade e reserva de água potável e de higiene dos serviços inspecionados, especialmente escolas, creches, hospitais e serviços de alimentação. - Apoiar tecnicamente os municípios na adoção de medidas sanitárias diante da identificação de condições inadequadas de abastecimento, armazenamento de água ou higiene. - Intensificar o monitoramento das condições sanitárias dos hospitais e UBS's localizados em áreas sob maior risco de comprometimento do abastecimento de água.

COORDENAÇÃO / ÁREA TÉCNICA	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
EMERGÊNCIA	1. SEGURANÇA DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO • Intensificar o monitoramento das condições sanitárias de abastecimento e distribuição de água nos municípios atingidos. • Apoiar tecnicamente as Vigilâncias Sanitárias municipais na adoção de medidas de controle sanitário relacionadas ao abastecimento emergencial de água. • Realizar, mediante solicitação formal do município, ações de fiscalização e licenciamento sanitário dos veículos transportadores de água quando a capacidade operacional municipal estiver comprometida. • Priorizar o apoio aos municípios com maior impacto, vulnerabilidade ou comprometimento da capacidade de resposta. • Comunicar às áreas competentes da SESA/RR situações que possam representar risco sanitário relevante relacionado ao abastecimento ou à qualidade da água para consumo humano. 2. MONITORAMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS (escolas, creches, hospitais, UBS's e serviços de alimentação) • Intensificar o monitoramento das condições sanitárias dos serviços essenciais nos municípios atingidos, priorizando aqueles com comprometimento do abastecimento de água. • Acompanhar as ações de fiscalização sanitária realizadas nos serviços essenciais, com atenção à disponibilidade de água potável, reserva de água e manutenção das condições mínimas de higiene. • Apoiar tecnicamente as Vigilâncias Sanitárias municipais na adoção de medidas sanitárias necessárias à manutenção do funcionamento seguro desses serviços. • Inspecionar e monitorar os hospitais e UBS's dos municípios atingidos, com foco na disponibilidade de reserva de água potável e na manutenção das condições mínimas de higiene e comunicar às áreas competentes da SESA/RR situações que possam comprometer a segurança sanitária e o funcionamento dos serviços hospitalares.

COORDENAÇÃO / ÁREA TÉCNICA	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
CRISE	1. SEGURANÇA DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO • Priorizar o monitoramento sanitário dos municípios com comprometimento significativo do abastecimento de água e/ou da capacidade de resposta da Vigilância Sanitária municipal. • Intensificar o apoio técnico e operacional aos municípios cuja capacidade de fiscalização sanitária esteja comprometida ou superada. • Realizar ações de fiscalização e licenciamento sanitário dos veículos transportadores de água, mediante solicitação formal dos municípios que não disponham de capacidade operacional para sua execução. • Articular com as demais áreas da Vigilância em Saúde a adoção de medidas integradas diante de situações que representem risco sanitário à população. 2. MONITORAMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS (escolas, creches, hospitais, UBS's e serviços de alimentação) • Priorizar o monitoramento sanitário dos serviços essenciais com comprometimento do abastecimento de água ou das condições mínimas de higiene. • Intensificar o acompanhamento das ações de fiscalização e das medidas adotadas pelas Vigilâncias Sanitárias municipais nos serviços essenciais afetados. • Intensificar o acompanhamento dos hospitais e UBS's em situação de maior vulnerabilidade ou comprometimento da capacidade de resposta. • Registrar e consolidar informações sobre situações de risco sanitário identificadas e medidas adotadas, subsidiando a tomada de decisão da gestão estadual.

7.2 COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO BÁSICA - CGAB

CGAB	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	a) Planejamento e gestão • Manter atualizado o Plano de Contingência da APS; • Identificar UBS e territórios com maior vulnerabilidade ambiental, social e logística; • Mapear comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas e áreas de difícil acesso; • Identificar responsáveis municipais e estaduais pela coordenação das ações; • Manter atualizados os contatos das equipes, gestores e instituições parceiras; • Realizar reuniões periódicas de avaliação do risco. b) Vigilância e monitoramento • Acompanhar indicadores epidemiológicos relacionados a doenças respiratórias, doenças diarreicas agudas, arboviroses e outros agravos relevantes; • Acompanhar focos de queimadas e alterações na qualidade do ar; • Monitorar alterações na navegabilidade dos rios e nas condições de acesso aos territórios; • Identificar precocemente aumento de atendimentos ou surtos. c) Organização das UBS • Verificar as condições estruturais das unidades; • Avaliar disponibilidade de água, energia elétrica e condições sanitárias; • Verificar condições de armazenamento de medicamentos e imunobiológicos; • Atualizar planos de funcionamento alternativo das unidades. d) Educação permanente • Capacitar profissionais para identificação precoce dos agravos associados à seca, fumaça e alterações na qualidade da água; • Orientar ACS e demais profissionais sobre identificação de famílias em situação de maior vulnerabilidade; • Realizar atividades educativas com a comunidade sobre hidratação, armazenamento seguro da água, prevenção de doenças e exposição à fumaça.

MOBILIZAÇÃO

a) Intensificação do monitoramento

- Aumentar a frequência de acompanhamento dos indicadores prioritários;
- Identificar municípios e territórios que apresentem maior exposição ou vulnerabilidade;
- Monitorar aumento de doenças respiratórias e doenças relacionadas à água;
- Acompanhar notificações de surtos e eventos inusitados;
-

b) Preparação das equipes

- Confirmar a capacidade operacional das equipes de APS;
- Atualizar escalas e contatos dos profissionais;
- Identificar necessidade de reforço temporário das equipes;
- Preparar equipes para ampliação de visitas domiciliares;
- Organizar estratégias para manutenção do acompanhamento de pessoas com condições crônicas.

c) Logística

- Identificar riscos de desabastecimento;
- Planejar ações específicas para comunidades cujo acesso possa ser comprometido pela estiagem.

d) Articulação intersetorial

- Intensificar a comunicação entre SESAU, Secretarias Municipais de Saúde;
- Articular ações com DSEI e demais estruturas de saúde indígena;
- Compartilhar informações de risco com os municípios.

e) Comunicação preventiva

- Emitir alertas técnicos aos municípios;
- Orientar profissionais sobre os principais riscos identificados;
- Intensificar comunicação com a população;
- Preparar materiais educativos para áreas prioritárias.

ALERTA

a) Gestão da APS

- Intensificar o monitoramento diário dos municípios prioritários;
- Estabelecer rotina de atualização da situação das UBS;
- Identificar unidades com dificuldades de funcionamento;
- Avaliar necessidade de reorganização temporária dos serviços;
- Priorizar recursos para territórios com maior vulnerabilidade.

b) Assistência

- Ampliar ações de acompanhamento das famílias vulneráveis;
- Orientar a intensificação das visitas domiciliares realizadas pelos ACS;
- Priorizar crianças, idosos, gestantes, pessoas com doenças crônicas e demais grupos vulneráveis;
- Intensificar o acompanhamento de pacientes com doenças respiratórias;
- Reforçar ações de prevenção e manejo das doenças relacionadas ao período;
- Garantir continuidade do acompanhamento de usuários em tratamento.

c) Vigilância

- Intensificar a investigação de aumento de agravos;
- Monitorar atendimentos por doenças respiratórias;
- Monitorar DDA e outros agravos relacionados à água;
- Identificar alterações no padrão de atendimento das UBS;
- Comunicar imediatamente eventos de relevância epidemiológica.

d) Acesso aos serviços

- Identificar comunidades que estejam perdendo acesso às UBS;
- Organizar estratégias de atendimento descentralizado quando necessário;
- Articular com os municípios alternativas para manutenção da assistência.

e) Comunicação

- Intensificar comunicação de risco;
- Orientar a população sobre prevenção de doenças relacionadas à água e à fumaça;
- Divulgar orientações sobre hidratação e proteção contra exposição à fumaça;
- Utilizar rádio, redes sociais, materiais impressos e comunicação comunitária, especialmente em localidades com limitações de conectividade.

f) Gestão estadual

- Intensificar apoio técnico aos municípios;
- Monitorar a capacidade assistencial dos territórios;

EMERGÊNCIA

b) Reforço da Atenção Primária

- Orientar o reforço temporário de equipes dos territórios mais afetados;
- Orientar ampliação de visitas domiciliares;
- Organizar atendimentos em pontos estratégicos ou unidades temporárias;
- Intensificar busca ativa de pessoas em situação de risco;
- Garantir acompanhamento de usuários com doenças crônicas;
- Priorizar atendimento de gestantes, crianças, idosos e pessoas com condições de maior vulnerabilidade.

c) Vigilância e resposta epidemiológica

- Intensificar investigação de surtos;
- Monitorar diariamente os principais agravos;
- Identificar rapidamente alterações no perfil epidemiológico;
- Intensificar vigilância de doenças respiratórias e relacionadas à água;
- Compartilhar informações com a gestão municipal e estadual.

d) Logística

- Monitorar diariamente os estoques das unidades prioritárias.

e) Rede de Atenção à Saúde

- Reforçar fluxos de referência e contrarreferência;
- Reforçar articulação com serviços de urgência e emergência;
- Garantir encaminhamento dos casos que excedam a capacidade resolutiva da APS;

f) Proteção dos trabalhadores

- Orientar profissionais quanto aos riscos ambientais;
- Garantir medidas de proteção diante da exposição à fumaça e calor;

g) Comunicação

- Estabelecer comunicação institucional regular;
- Divulgar informações oficiais à população;
- Combater informações falsas ou contraditórias;
- Atualizar orientações conforme evolução do cenário.

CRISE

a) Gestão ampliada da emergência

- Elaborar relatórios situacionais periódicos;
- Definir prioridades territoriais e assistenciais;

b) Garantia da assistência

- Manter funcionamento dos serviços essenciais da APS;
- Apoiar estratégias alternativas de atendimento;
- Implantar, quando necessário, unidades ou pontos temporários de assistência;
- Ampliar busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Garantir acompanhamento de condições crônicas e situações prioritárias;
- Assegurar atendimento às gestantes, crianças, idosos e demais grupos vulneráveis;
- Garantir encaminhamento oportuno dos casos graves.

c) Comunidades isoladas

- Apoiar na elaboração de plano específico para comunidades sem acesso regular;
- Apoiar com equipes móveis ou itinerantes, quando necessário;

d) Abastecimento

- Priorizar territórios com maior risco de desassistência;
- Articular apoio logístico intermunicipal, estadual e federal.

e) Vigilância em Saúde

- Manter monitoramento epidemiológico contínuo;
- Comunicação imediata da ocorrência de surtos;
- Monitorar doenças respiratórias associadas à fumaça;
- Identificar novos riscos emergentes;

f) Saúde mental e proteção social

- Integrar a APS com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
- Identificar situações de sofrimento psicológico decorrentes do desastre;
- Garantir o encaminhamento adequado de casos que necessitem de atenção especializada;
- Articular com assistência social ações para famílias em situação de vulnerabilidade;
- Priorizar grupos com maior risco social.

g) Comunicação de crise

- Manter comunicação oficial, regular e transparente;
- Divulgar medidas de proteção à saúde;
- Informar sobre funcionamento e alterações dos serviços;
- Orientar a população sobre onde buscar atendimento;
- Utilizar meios de comunicação disponíveis no território;
- Considerar aspectos culturais e linguísticos das populações indígenas e tradicionais.

h) Recuperação

- Participar da elaboração do plano de retorno gradual às condições de normalidade;
- Avaliar danos aos serviços de APS;
- Realizar avaliação das ações executadas;
- Registrar dificuldades, resultados e lições aprendidas;
- Atualizar o Plano de Contingência com base nas experiências vivenciadas.

7.3 COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA - CGAE

CGAE	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Manter atualizado o diagnóstico da capacidade instalada da atenção especializada ambulatorial estadual; • Mapear a oferta de consultas, exames e procedimentos especializados por município e estabelecimento de saúde; • Identificar serviços, especialidades e procedimentos considerados estratégicos para manutenção da assistência; • Monitorar a demanda reprimida e as filas de espera para consultas, exames e procedimentos; • Acompanhar a programação e execução da oferta de serviços especializados; • Identificar antecipadamente riscos que possam comprometer a continuidade dos atendimentos; • Manter atualizados os contatos dos gestores, coordenadores e responsáveis técnicos dos serviços especializados; • Monitorar pacientes em acompanhamento especializado que necessitem de continuidade terapêutica; • Identificar serviços que possam sofrer impactos relacionados a interrupção de energia, abastecimento de água, acesso viário ou dificuldades de transporte; • Verificar a existência de planos alternativos para manutenção dos atendimentos; • Mapear serviços de referência para eventual necessidade de remanejamento da oferta. • Manter articulação permanente com Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Regulação, Assistência Farmacêutica, Transporte Sanitário, TFD e Rede de Urgência e Emergência; • Orientar os municípios sobre alterações nos fluxos de atendimento; • Manter canais de comunicação atualizados com os serviços especializados;
MOBILIZAÇÃO	• Identificar municípios e territórios com maior risco de interrupção do acesso; • Monitorar cancelamentos, faltas e redução da produção dos serviços; • Identificar aumento da demanda por determinadas especialidades e procedimentos; • Acompanhar usuários com maior risco de agravamento pela interrupção do cuidado. • Avaliar necessidade de ampliação ou reorganização temporária das agendas; • Identificar possibilidade de remanejamento de profissionais e recursos; • Preparar estratégias para manutenção de atendimentos prioritários; • Orientar os serviços quanto à necessidade de preservar consultas e procedimentos essenciais. • Articular alternativas para usuários cujo atendimento esteja ameaçado. • Identificar serviços que possam receber pacientes de territórios com acesso comprometido; • Emitir orientações técnicas aos municípios sobre os serviços especializados; • Informar alterações de agendas, fluxos ou locais de atendimento; • Orientar usuários sobre eventuais mudanças nos serviços.

ALERTA	• Intensificar o monitoramento diário dos serviços especializados prioritários; • Identificar serviços com redução ou interrupção da capacidade assistencial; • Avaliar necessidade de reorganização temporária das agendas; • Priorizar a manutenção dos serviços essenciais; • Monitorar a capacidade de resposta da rede especializada. • Ampliar o acompanhamento de pacientes considerados prioritários; • Priorizar usuários com condições crônicas, doenças oncológicas, gestantes de alto risco, crianças, idosos e pessoas com deficiência; • Identificar pacientes com risco de agravamento decorrente da interrupção do acompanhamento; • Reorganizar consultas, exames e procedimentos de maior prioridade; • Garantir continuidade dos tratamentos que não possam ser interrompidos. • Reorganizar fluxos de referência conforme disponibilidade dos serviços; • Acionar serviços alternativos quando houver comprometimento da oferta. • Identificar municípios e comunidades com dificuldade ou perda de acesso aos serviços especializados; • Articular alternativas para manutenção dos atendimentos; • Avaliar necessidade de deslocamento de equipes ou realização de ações itinerantes; • Reorganizar a oferta de serviços conforme a necessidade dos territórios. • Intensificar a comunicação institucional com municípios e estabelecimentos; • Orientar a população (através da ASCOM) quanto à manutenção ou alteração dos serviços e seus fluxos; • Combater informações falsas ou contraditórias relacionadas aos atendimentos. • Elaborar relatórios situacionais periódicos; • Avaliar necessidade de acionamento de outras áreas da SESA/RR.
EMERGÊNCIA	• Monitorar diariamente a capacidade de funcionamento dos serviços especializados; • Identificar imediatamente serviços com interrupção ou redução crítica da oferta; • Reorganizar agendas, fluxos e pontos de atendimento conforme a situação; • Priorizar serviços e procedimentos essenciais; • Realizar remanejamento de oferta entre unidades, quando necessário. • Garantir fluxos de referência e contrarreferência em situações de emergência; • Articular encaminhamento para serviços alternativos quando a unidade de referência estiver impossibilitada de funcionar. • Garantir a continuidade de tratamentos essenciais; • Monitorar pacientes oncológicos, renais, cardiológicos e demais usuários que necessitem de acompanhamento contínuo; • Identificar pacientes com consultas, exames ou procedimentos cancelados; • Reprogramar atendimentos prioritários no menor tempo possível. • Fortalecer a comunicação entre atenção especializada, Atenção Básica e Rede de Urgência e Emergência; • Garantir encaminhamento adequado dos casos que excedam a capacidade resolutive ambulatorial; • Apoiar a reorganização dos fluxos assistenciais em situações de sobrecarga da rede. • Subsidiar a ASCOM informações oficiais sobre funcionamento e alterações dos serviços; • Orientar gestores e profissionais quanto aos fluxos emergenciais; • Atualizar as orientações conforme evolução do cenário.

CRISE

- Elaborar relatórios situacionais diários ou conforme necessidade;
- Definir serviços, especialidades e procedimentos prioritários;
- Monitorar continuamente a capacidade instalada e a disponibilidade dos serviços;
- Coordenar a reorganização da oferta especializada conforme o impacto do evento;
- Apoiar a tomada de decisão da gestão estadual.
- Manter o funcionamento dos serviços especializados essenciais;
- Implantar, quando necessário, unidades, pontos ou estratégias temporárias de atendimento;
- Ampliar ou redistribuir a oferta conforme a necessidade dos territórios;
- Garantir acompanhamento dos pacientes prioritários;
- Assegurar continuidade de tratamentos essenciais;
- Garantir encaminhamento oportuno dos casos graves ou que necessitem de atenção de maior complexidade.
- Garantir comunicação entre os pontos da Rede de Atenção à Saúde.
- Priorizar usuários residentes em áreas isoladas ou com acesso comprometido;
- Desenvolver estratégias específicas para populações indígenas, ribeirinhas e comunidades de difícil acesso;
- Articular ações com DSEIs, CASAI e demais instituições envolvidas;
- Apoiar estratégias de atendimento itinerante ou descentralizado quando necessário.
- Monitorar a disponibilidade de insumos, medicamentos e materiais necessários à assistência especializada;
- Identificar riscos de desabastecimento;
- Articular com as áreas responsáveis estratégias de reposição;
- Apoiar a transferência temporária da assistência para serviços com capacidade operacional preservada.
- Manter a ASCOM informada sobre as alterações nos serviços e fluxos assistenciais;
- Orientar usuários (através da ASCOM) quanto aos locais e formas de atendimento;
- Participar da elaboração do plano de retorno gradual à normalidade;
- Avaliar os impactos da crise sobre a oferta de consultas, exames e procedimentos;
- Realizar levantamento da demanda reprimida gerada durante o período;
- Elaborar estratégia para redução das filas acumuladas;
- Reprogramar agendas e produção assistencial;
- Avaliar as ações realizadas e os resultados alcançados;
- Registrar dificuldades, resultados e lições aprendidas;
- Atualizar o Plano de Contingência da Atenção Especializada.

7.4 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SESAU

NÍVEIS OPERACIONAIS	EIXO / CATEGORIA	AÇÕES DA COMUNICAÇÃO
NORMALIDADE	Planejamento da comunicação de risco	• Elaborar e manter atualizado o Plano de Comunicação de Risco para eventos associados ao El Niño.
	Fluxo de comunicação com a Sala de Situação	• Definir fluxo de recebimento, validação e disseminação de informações.
	Monitoramento de mídia e redes sociais	• Realizar monitoramento rotineiro de imprensa, redes sociais e canais institucionais.
	Produção de conteúdo preventivo	• Produzir materiais educativos e preventivos sobre os principais riscos à saúde relacionados ao El Niño.
	Mensagens-chave	• Elaborar banco de mensagens-chave previamente validadas pelas áreas técnicas.
	Porta-voz	• Identificar e definir, junto à gestão, porta-voz para situações relacionadas ao evento.
	Atendimento à imprensa	• Manter cadastro atualizado de veículos e profissionais de imprensa.
	Boletim situacional	• Definir modelo, fluxo e periodicidade para eventual boletim.
	Comunicação interna	• Estabelecer fluxo para comunicação com servidores, unidades e áreas técnicas.
	Desinformação e rumores	• Estabelecer protocolo para identificação e resposta a rumores e desinformação.
	Orientações à população	• Planejar campanhas e conteúdo de prevenção.
	Comunicação sobre serviços de saúde	• Mapear canais e fluxos para divulgação de informações sobre os serviços.
	Materiais de comunicação	• Produzir e organizar banco de artes, vídeos, textos, cards e outros materiais preventivos.

MOBILIZAÇÃO	Planejamento da comunicação de risco	• Revisar o plano conforme atualização do cenário e das orientações técnicas.
	Fluxo de comunicação com a Sala de Situação	• Estabelecer rotina de acompanhamento junto à Sala de Situação.
	Monitoramento de mídia e redes sociais	• Intensificar o monitoramento de informações relacionadas ao El Niño e seus possíveis impactos.
	Produção de conteúdo preventivo	• Atualizar e organizar materiais de acordo com os riscos identificados.
	Mensagens-chave	• Atualizar mensagens conforme o cenário e os riscos identificados.
	Porta-voz	• Preparar porta-voz e subsidiá-lo com informações atualizadas.
	Atendimento à imprensa	• Preparar respostas e informações para possíveis demandas relacionadas ao cenário.
	Boletim situacional	• Preparar estrutura para emissão de boletins.
	Comunicação interna	• Reforçar comunicação interna sobre preparação e procedimentos.
	Desinformação e rumores	• Monitorar conteúdos relacionados ao evento e preparar respostas.
	Orientações à população	• Intensificar preparação dos conteúdos conforme riscos identificados.
	Comunicação sobre serviços de saúde	• Preparar comunicação para possíveis alterações no funcionamento da rede.
	Materiais de comunicação	• Atualizar materiais conforme cenário.

ALERTA	Planejamento da comunicação de risco	• Ativar as estratégias de comunicação previstas para o cenário de alerta.
	Fluxo de comunicação com a Sala de Situação	• Intensificar a comunicação com a Sala de Situação para atualização do cenário.
	Monitoramento de mídia e redes sociais	• Monitorar notícias, comentários, dúvidas, rumores e possíveis informações falsas.
	Produção de conteúdo preventivo	• Intensificar a divulgação de orientações preventivas e recomendações das áreas técnicas.
	Mensagens-chave	• Adaptar e divulgar mensagens específicas para o cenário de alerta.
	Porta-voz	• Preparar porta-voz para demandas de imprensa e manifestações públicas.
	Atendimento à imprensa	• Atender demandas de imprensa com informações validadas pelas áreas responsáveis.
	Boletim situacional	• Produzir boletins conforme necessidade definida pela Sala de Situação.
	Comunicação interna	• Divulgar orientações aos serviços e profissionais da rede.
	Desinformação e rumores	• Identificar e responder rapidamente a informações falsas com potencial de risco à população.
	Orientações à população	• Divulgar recomendações específicas de prevenção e proteção à saúde.
	Comunicação sobre serviços de saúde	• Informar eventuais alterações ou orientações aos usuários.
	Materiais de comunicação	• Adaptar materiais para comunicação de alerta.

EMERGÊNCIA	Planejamento da comunicação de risco	• Executar o plano de comunicação de crise conforme evolução dos impactos.
	Fluxo de comunicação com a Sala de Situação	• Manter participação permanente nas reuniões e atualizações da Sala de Situação.
	Monitoramento de mídia e redes sociais	• Realizar monitoramento contínuo da repercussão dos impactos na saúde e dos serviços da rede.
	Produção de conteúdo preventivo	• Produzir conteúdos específicos de orientação à população afetada.
	Mensagens-chave	• Atualizar mensagens conforme evolução dos impactos e situação da rede.
	Porta-voz	• Subsidiar o porta-voz com informações oficiais e atualizadas da Sala de Situação.
	Atendimento à imprensa	• Intensificar atendimento à imprensa e organizar entrevistas, notas e coletivas, quando necessário.
	Boletim situacional	• Produzir e divulgar boletins situacionais periódicos sobre o cenário e os impactos na saúde.
	Comunicação interna	• Atualizar unidades e profissionais sobre alterações, medidas e orientações relacionadas ao evento.
	Desinformação e rumores	• Intensificar o enfrentamento à desinformação e divulgar informações oficiais verificadas.
	Orientações à população	• Divulgar orientações sobre riscos, prevenção e acesso aos serviços de saúde.
	Comunicação sobre serviços de saúde	• Divulgar mudanças no funcionamento, fluxos de atendimento e serviços afetados.
	Materiais de comunicação	• Produzir materiais específicos para situações emergenciais.

CRISE	Planejamento da comunicação de risco	• Manter comunicação contínua, coordenada e centralizada conforme orientação da Sala de Situação.
	Fluxo de comunicação com a Sala de Situação	• Manter comunicação contínua com a Sala de Situação para divulgação das informações oficiais e decisões estratégicas.
	Monitoramento de mídia e redes sociais	• Manter monitoramento permanente da repercussão, desinformação e demandas da população e imprensa.
	Produção de conteúdo preventivo	• Priorizar conteúdos de utilidade pública, orientações emergenciais e informações essenciais à proteção da população.
	Mensagens-chave	• Centralizar e atualizar mensagens oficiais, evitando informações divergentes entre canais institucionais.
	Porta-voz	• Coordenar a comunicação pública do porta-voz, garantindo alinhamento com as informações oficiais.
	Atendimento à imprensa	• Centralizar o atendimento de imprensa e organizar comunicação oficial periódica.
	Boletim situacional	• Manter boletins regulares, com informações oficiais sobre situação, medidas adotadas e orientações à população.
	Comunicação interna	• Manter comunicação interna contínua sobre funcionamento dos serviços e decisões emergenciais.
	Desinformação e rumores	• Manter resposta rápida e coordenada às informações falsas que possam comprometer a resposta ou gerar risco à população.
	Orientações à população	• Priorizar informações essenciais para proteção da população, funcionamento da rede e acesso aos serviços.
	Comunicação sobre serviços de saúde	• Manter população e imprensa informadas sobre alterações emergenciais na rede e alternativas de atendimento.
	Materiais de comunicação	• Produzir materiais de comunicação rápida para informações críticas e orientações à população.

7.5 COORDENADORIA GERAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CGAF

CGAF	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	1. Manter relação de medicamentos e materiais médico-hospitalares estratégicos para estiagem, calor extremo, fumaça, queimadas, desidratação e agravos de veiculação hídrica, conforme a padronização da SESA/RR. 2. Definir estoques mínimo, de segurança e máximo e monitorar consumo, dias de cobertura, validade e condições de armazenamento nos almoxarifados e farmácias da rede estadual. 3. Analisar séries históricas e sazonalidade para programar aquisições e distribuição, considerando unidades de referência, populações vulneráveis e dificuldades logísticas. 4. Acompanhar atas de registro de preços, contratos, processos aquisitivos, prazos de entrega e capacidade dos fornecedores, identificando riscos de desabastecimento. 5. Manter fluxo periódico de informações com farmácias, almoxarifados, áreas assistenciais e logística, incluindo contingência para cadeia fria, armazenamento e rotas alternativas.
MOBILIZAÇÃO	1. Intensificar o levantamento de estoque, consumo e dias de cobertura dos itens estratégicos nas unidades estaduais e nos municípios potencialmente afetados. 2. Recalcular as necessidades e antecipar pedidos e entregas conforme as projeções de estiagem, queimadas, aumento da demanda assistencial e restrições de acesso. 3. Formar ou resguardar estoque de contingência e pré-posicionar medicamentos e insumos em unidades e territórios prioritários, observando validade e armazenamento. 4. Acionar fornecedores e áreas de compras, contratos e logística para confirmar disponibilidade, prazos, transporte e medidas de aceleração dos processos em curso. 5. Designar pontos focais da CGAF e compartilhar boletins de abastecimento e riscos de ruptura com a gestão, VIGIDESASTRES/RR, Sala de Situação, unidades e municípios.
ALERTA	1. Monitorar, em frequência ampliada, estoque, consumo e dias de cobertura, com limites de alerta para itens críticos e comunicação imediata dos riscos de ruptura. 2. Redistribuir estoques e ampliar a frequência de reposição segundo essencialidade, consumo, população exposta, dias de cobertura e dificuldade de acesso. 3. Antecipar remessas às unidades prioritárias e localidades remotas antes de possíveis interrupções logísticas, assegurando registro, rastreabilidade e recebimento. 4. Consolidar quantitativos, especificações, referências de preço e disponibilidade do mercado, preparando a instrução de eventual contratação emergencial vinculada ao desastre. 5. Articular transporte especial e rotas alternativas com logística, Defesa Civil e instituições parceiras, preservando a cadeia fria e as condições sanitárias dos produtos.
EMERGÊNCIA	1. Ativar o acompanhamento diário do abastecimento e manter ponto focal da CGAF junto à Sala de Situação ou ao COE-Saúde, com atualização de estoques, consumo e necessidades. 2. Priorizar e distribuir medicamentos e insumos às unidades atingidas segundo risco assistencial, essencialidade, população afetada, dias de cobertura e capacidade local. 3. Remanejar estoques entre unidades e solicitar empréstimos ou cessões a outros entes públicos quando o abastecimento regular se mostrar insuficiente. 4. Instruir contratações diretas emergenciais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 41.443-E/2026 e do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, demonstrando nexos causal, urgência, preços e controles. 5. Coordenar transporte, armazenamento e cadeia fria em regime de contingência e registrar movimentações, entregas, consumo, perdas e rupturas para prestação de contas e decisão.

CRISE	1. Manter representação permanente da CGAF no COE-Saúde e centralizar informações de estoque, consumo, entregas, perdas, necessidades e previsão de cobertura da rede. 2. Alocar estoques escassos mediante critérios transparentes de risco à vida, essencialidade dos serviços, vulnerabilidade da população e capacidade de resposta do território. 3. Mobilizar apoio extraordinário do Ministério da Saúde, outros estados, municípios e instituições parceiras para empréstimos, cessões, doações ou acesso a estoques estratégicos. 4. Executar aquisições, remanejamentos e distribuição extraordinária com fiscalização, rastreabilidade, cadeia fria e avaliação técnica prévia de eventuais substituições de produtos. 5. Emitir relatório diário ao COE-Saúde e, após a estabilização, recompor estoques, apurar perdas e pendências, avaliar a resposta e revisar o plano de contingência da Assistência Farmacêutica.
--------------	---

7.6 COORDENADORIA GERAL REGULAÇÃO, AVALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE DO SUS – CGRAC

CGRAC	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Acompanhar as informações oficiais sobre condições climáticas, meteorológicas, hidrológicas e ambientais relacionadas ao El Niño, avaliando possíveis repercussões sobre o acesso e o funcionamento da rede assistencial. • Acompanhar rotineiramente as listas de solicitações, oferta de serviços regulados e informações disponíveis sobre capacidade assistencial, estabelecendo parâmetros de referência para identificação de alterações relacionadas ao cenário climático. • Manter atualizados os fluxos de regulação ambulatorial, hospitalar, inter-hospitalar, de urgência, TFD e remoção aérea. • Identificar previamente municípios, serviços e referências assistenciais que possam apresentar maior vulnerabilidade diante de seca, estiagem, queimadas ou dificuldade de acesso. • Manter atualizados os contatos e fluxos de comunicação com municípios, unidades hospitalares e demais serviços envolvidos na regulação.
MOBILIZAÇÃO	• Intensificar o acompanhamento dos informes e alertas oficiais que indiquem agravamento das condições climáticas, hidrológicas ou ambientais, correlacionando-os com possíveis impactos sobre os fluxos assistenciais. • Identificar municípios e localidades com possibilidade de redução de acesso terrestre ou fluvial, aumento de queimadas ou comprometimento da capacidade dos serviços de saúde. • Intensificar o acompanhamento da demanda por regulação de urgência, transferências inter-hospitalares e remoções de pacientes provenientes das áreas potencialmente afetadas. • Articular preventivamente com municípios e unidades de referência a atualização das informações sobre funcionamento e capacidade assistencial. • Avaliar a necessidade de ajustes preventivos nos fluxos e referências regulatórias.

ALERTA	• Acompanhar sistematicamente os alertas oficiais e a evolução dos impactos relacionados ao El Niño, especialmente seca, estiagem, queimadas, redução da navegabilidade e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. • Intensificar o monitoramento das solicitações de urgência, transferências inter-hospitalares, remoções aéreas e demais demandas reguladas oriundas dos territórios afetados. • Identificar aumento ou alteração do perfil das demandas assistenciais relacionadas aos efeitos do evento, especialmente situações com repercussão sobre urgência e emergência. • Acompanhar a capacidade assistencial informada pelas unidades de referência e identificar possíveis restrições ou indisponibilidades. • Adequar os fluxos e referências regulatórias quando necessário, conforme a capacidade disponível e os critérios de prioridade clínica. • Subsidiar a Sala de Situação ou COE com informações provenientes da regulação.
EMERGÊNCIA	• Manter acompanhamento contínuo das informações oficiais sobre a evolução do evento e de seus impactos sobre mobilidade, acesso e funcionamento dos serviços de saúde. • Intensificar a atuação da Central de Regulação de Urgências – 192 e da regulação inter-hospitalar diante do aumento das demandas decorrentes do cenário. • Priorizar as solicitações conforme gravidade, risco clínico e capacidade assistencial disponível. • Regular e articular remoções aéreas de pacientes quando houver comprometimento do acesso terrestre ou fluvial, isolamento de localidades ou necessidade de transferência urgente do interior do Estado. • Reorganizar fluxos e referências assistenciais quando houver sobrecarga, interrupção ou indisponibilidade dos serviços. • Subsidiar continuamente o COE com informações sobre demanda regulatória, transferências, remoções, dificuldades de acesso e capacidade assistencial informada pelas unidades.
CRISE	• Manter acompanhamento permanente da evolução das condições climáticas, hidrológicas e ambientais e dos impactos críticos sobre o acesso e a capacidade assistencial. • Intensificar a regulação das urgências, transferências inter-hospitalares e remoções aéreas diante de isolamento de comunidades, comprometimento de vias de acesso ou sobrecarga da rede. • Reorganizar extraordinariamente os fluxos e referências assistenciais conforme gravidade, risco e capacidade disponível. • Articular alternativas de acesso a serviços de referência quando houver comprometimento significativo da capacidade local ou estadual. • Apoiar a definição de prioridades para remoções e transferências em situações de múltiplas demandas, considerando risco à vida, condição clínica e disponibilidade operacional. • Subsidiar continuamente o COE e a gestão estadual com informações sobre impacto do evento na regulação e no acesso assistencial. • Participar da reorganização dos fluxos durante a redução do nível operacional e restabelecimento dos serviços.

7.7 COORDENADORIA GERAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CGUE

CGUE	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Realizar monitoramento dos atendimentos de urgencia e emergencia nos casos relacionados aos impactos el nino: • Desidratação; • Queimaduras; • Inalação de fumaça; • Alergias e demais agravos • Avaliar estoque de insumos necessários para os atendimentos (cilindros de oxigenio, soro, medicações)
MOBILIZAÇÃO	• Instituir Sala de Hidratação nas unidades de urgencia e emergencia e abastecimento de insumos estratégicos
ALERTA	• Instensificar o monitoramento diário das principais causas de internação em decorrência da estiagem
EMERGÊNCIA	• Mapear os atendimentos com maior intensidade de agravos em decorrência da estiagem. • Ampliar Serviços assistenciais em parceria com o municipio mais afetado • Reforço de equipe médica e insumos estratégicos
CRISE	• Mapeamento dos atendimentos com maior intensidade de agravos em decorrenca da estiagem; • Reorganizar fluxo de atendimento, regulando pacientes para unidades com maior capacidade de atendimento • Estabelecer e priorizar alinhar de cuidado; • Reorganizar fluxo de regulação e alinhar estratégia com os municípios afetados.

7.8 COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO – CGPLAN

CGPLAN	
NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Manter designados e atualizados o ponto focal do titular e do respectivo suplente da CGPLAN para acompanhamento setorial do Plano Estadual de Preparação do Setor Saúde para os Impactos do El Niño 2026–2027 junto ao Grupo de Trabalho (GT) sob a coordenação do setor do Vigidesastres/CGVS; • Manter atualizada a correspondência entre as ações de preparação e resposta ao El Niño e as diretrizes, objetivos, metas e indicadores do Plano Estadual de Saúde no tocante a meta 2.1.3, uma vez que os boletins devem manter a população e instituições parceiras devidamente informadas com a devida antecedência dos riscos associados aos desastres ambientais; • Solicitar em tópico específico pelo setor do setor Vigidesastres/CGVS a ser registrado nos RDQA's (Relatórios Quadrimestrais) e respectivo RAG (Relatórios Anual de Gestão), as informações sobre a execução do plano setorial relacionado aos efeitos e enfrentamentos do El Niño no estado de Roraima, com especial atenção aos prazos compatíveis com os instrumentos de planejamento do SUS; • Apoiar tecnicamente as equipes de planejamento setoriais, quando demandado e em articulação com as instâncias competentes, na incorporação dos riscos climáticos e da continuidade dos serviços; • Informar a alocação de recursos disponíveis via Plano Anual de Trabalho – PAT/LOA com recursos específicos vinculados a CGVS visando a possibilidades de utilização de recursos que possam apoiar medidas de preparação, adaptação e fortalecimento da capacidade de resposta, em articulação com os setores competentes; • Participar das atividades de capacitação, oficinas, exercícios simulados e avaliações do Plano, registrando oportunidades de aperfeiçoamento relacionadas ao planejamento, monitoramento e avaliação.
MOBILIZAÇÃO	• Acionar o ponto focal da CGPLAN (titular e/ou suplente) para que em conjunto com o GT possa definir o modo de acompanhamento diante da alteração do cenário comunicada pelo Vigidesastres/CGVS; • Orientar as áreas técnicas por meio de orientação coordenada pelo Vigidesastres/CGVS sobre possíveis repercussões nos serviços de saúde; • Intensificar o acompanhamento gerencial das metas, ações e indicadores considerados sensíveis ao cenário, respeitando a responsabilidade das áreas técnicas pela produção e validação dos dados; • Orientar as áreas técnicas, conforme definido pelo GT e quando solicitado, o detalhamento das medidas antecipatórias definidas, dentre elas: responsáveis, produtos, prazos, e estimativas de necessidades; • Atualizar, em articulação com definições realizadas pelo GT, o levantamento de projetos, instrumentos de cooperação e possibilidades de financiamento que possam ser acionados em caso de agravamento do cenário; • Preparar as representações técnicas da CGPLAN (titular e/ou suplente) para eventual participação em Sala de Situação ou Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COE;

ALERTA	• Intensificar o acompanhamento em conformidade e prioridade com agenda do GT do Plano de Estadual de Preparação do Setor de Roraima para os Impactos do El Niño 2026-2027 no que tange as variáveis internas e externas afetadas ou potencialmente afetadas, adotando a periodicidade de preparação definida pela coordenação estadual da resposta; • Atualizar painel gerencial de acompanhamento adotado pelo GT, com base em dados validados pelas áreas competentes, contendo ação, território, responsável, prazo, produto, indicador, situação de execução, necessidade identificada e encaminhamento adotado; • Ratificar a necessidade de consolidar informações sobre riscos de atraso, interrupção, redução de desempenho ou inviabilidade das ações planejadas, apresentando seus possíveis efeitos sobre o alcance ou não das propostas definidas; • Apoiar a estruturação preliminar do Plano de Ação do Evento, organizando objetivos, ações, responsabilidades, produtos, prazos, indicadores, necessidades e mecanismos de acompanhamento; • Articular-se com o Departamento de Orçamento, FUNDES e áreas técnicas para consolidar cenários de necessidades e repercussões sobre a programação, preservadas as competências próprias de alocação, execução e controle orçamentário e financeiro; • Analisar a necessidade de ajustes ou redirecionamentos nos instrumentos de planejamento, formulando recomendações técnicas para apreciação do GT;
EMERGÊNCIA	• Integrar a Sala de Situação ou o COE, por meio de representante da CGPLAN (titular e/ou suplente), prestando apoio técnico contínuo em planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização de informações; • Apoiar a área competente quanto a possíveis atualizações do Plano de Ação do Evento, assegurando a definição de objetivos, ações prioritárias, responsáveis, prazos, produtos, indicadores, fontes de verificação e necessidades de recursos; • Consolidar, com base nas informações validadas pelas áreas responsáveis, o acompanhamento gerencial das ações executadas, em andamento, atrasadas, suspensas ou não iniciadas; • Apoiar, em articulação com os setores competentes, a possibilidade de destinação, solicitação ou captação de recursos adicionais; • Ratificar que as evidências necessárias para que as ações, resultados e repercussões da emergência sejam registrados pela CGVS oportunamente nos Relatórios de Gestão (quadrimestrais - RDQA e anuais – RAG);
CRISE	• Manter participação ampliada da CGPLAN (titular e/ou suplente) na Sala de Situação ou no COE, conforme regime de funcionamento estabelecido pela coordenação da resposta; • Atualizar, na periodicidade requerida, o painel gerencial consolidado e as sínteses executivas destinadas à tomada de decisão da Administração Superior; • Subsidiar a gestão conforme priorização das ações definidas pelo GT, considerando risco à vida, continuidade dos serviços essenciais, populações vulneráveis, territórios isolados, capacidade de resposta e compromissos institucionais afetados; • Identificar e demonstrar lacunas entre ações planejadas, capacidade disponível, necessidades informadas e resultados alcançados, encaminhando recomendações técnicas às instâncias decisórias; • Apoiar a revisão imediata do Plano de Ação do Evento pelo GT, com atualização de prioridades, responsabilidades, prazos, indicadores e necessidades, conforme a evolução da crise; • Apoiar tecnicamente as reprogramações extraordinárias dos instrumentos de planejamento para mobilização de recursos adicionais, em articulação com o Departamento de Orçamento, FUNDES e demais setores competentes; • Estruturar, em articulação com o GT, o planejamento da transição para recuperação, com definição de ações, responsáveis, prazos, produtos e indicadores de restabelecimento; • Participar da Avaliação Pós-Evento, quanto a redução do nível operacional, sistematizando as lições aprendidas e propondo sua incorporação no planos de contingência.

7.9 COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CGA

CGPLAN

NÍVEIS OPERACIONAIS	AÇÕES
NORMALIDADE	• Monitorar as condições de funcionamento da infraestrutura física, tecnológica, logística e administrativa das unidades de saúde. • Manter atualizados os levantamentos de necessidades de manutenção predial, tecnologia da informação, logística e serviços administrativos. • Acompanhar a disponibilidade e a regularidade dos serviços essenciais ao funcionamento das unidades, especialmente alimentação, fornecimento de água e energia elétrica. • Acompanhar a execução dos contratos de serviços terceirizados e dos contratos de fornecimento de serviços essenciais, verificando prazos, níveis de atendimento e eventuais riscos de descontinuidade. • Manter atualizados os planos de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura das unidades de saúde. • Monitorar a capacidade dos sistemas, equipamentos e serviços de tecnologia da informação essenciais ao funcionamento da SESAU. • Manter fluxos de acionamento das equipes de Engenharia, DTI, Logística e demais áreas administrativas para atendimento das demandas das unidades. • Realizar levantamento prévio de recursos materiais, logísticos, estruturais, tecnológicos e de serviços essenciais necessários para situações de emergência.
MOBILIZAÇÃO	• Intensificar o monitoramento das condições de infraestrutura, tecnologia, logística e serviços administrativos das unidades de saúde. • Atualizar o levantamento das necessidades de manutenção, materiais, equipamentos, alimentação, água, energia elétrica e demais serviços essenciais. • Verificar a capacidade de atendimento dos fornecedores e prestadores responsáveis pelos serviços essenciais, identificando riscos de atraso ou interrupção. • Acionar preventivamente as equipes de Engenharia, DTI, Logística e demais setores competentes para adoção de medidas de contingência. • Priorizar a manutenção preventiva de instalações, equipamentos e sistemas essenciais ao funcionamento das unidades. • Identificar a necessidade de remanejamento de materiais, equipamentos, veículos e outros recursos entre as unidades de saúde. • Consolidar as demandas administrativas e encaminhá-las à gestão para adoção das providências necessárias.

ALERTA	• Intensificar o monitoramento das condições estruturais, tecnológicas, logísticas e administrativas das unidades de saúde sob risco. • Priorizar e acompanhar a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva considerados essenciais. • Intensificar o acompanhamento dos contratos de alimentação, fornecimento de água, energia elétrica e demais serviços essenciais, adotando providências para prevenir interrupções. • Verificar a existência de planos de contingência e alternativas de abastecimento ou fornecimento para serviços essenciais que possam ser afetados. • Avaliar a necessidade de reforço ou remanejamento de materiais, equipamentos, recursos tecnológicos e apoio logístico. • Intensificar o acompanhamento da disponibilidade de veículos, equipamentos e demais recursos necessários à resposta. • Acionar as equipes técnicas responsáveis para atendimento prioritário das ocorrências relacionadas à infraestrutura, tecnologia e serviços essenciais. • Manter comunicação permanente com as unidades de saúde para identificação e encaminhamento de demandas emergenciais.
EMERGÊNCIA	• Coordenar o atendimento das demandas administrativas, estruturais, tecnológicas e logísticas decorrentes do evento. • Priorizar a manutenção e o restabelecimento da infraestrutura das unidades de saúde afetadas. • Mobilizar as equipes de Engenharia, DTI, Logística e demais setores administrativos para atendimento das demandas prioritárias. • Intensificar o acompanhamento dos contratos de alimentação, água, energia elétrica e demais serviços essenciais, adotando as providências administrativas necessárias à continuidade do atendimento. • Providenciar, conforme disponibilidade, o remanejamento de materiais, equipamentos, recursos e insumos entre as unidades afetadas. • Apoiar a manutenção da continuidade dos serviços de tecnologia da informação e dos sistemas essenciais à assistência. • Monitorar as condições de funcionamento das instalações físicas e dos serviços essenciais das unidades atingidas. • Apoiar a articulação com fornecedores e empresas contratadas para restabelecimento prioritário dos serviços afetados. • Consolidar e informar à gestão as necessidades de recursos materiais, estruturais, tecnológicos, logísticos e financeiros. • Registrar as ações executadas, recursos mobilizados, ocorrências e necessidades pendentes para subsidiar a tomada de decisão.
CRISE	• Coordenar a mobilização extraordinária dos recursos administrativos, estruturais, tecnológicos e logísticos necessários à continuidade dos serviços de saúde. • Priorizar o atendimento das unidades cuja infraestrutura ou capacidade operacional esteja comprometida. • Mobilizar equipes técnicas e administrativas para atuação contínua nas unidades afetadas. • Intensificar a fiscalização e o acompanhamento dos contratos de alimentação, água, energia elétrica e demais serviços essenciais, buscando assegurar a continuidade da prestação. • Adotar medidas para restabelecimento prioritário da infraestrutura física, dos serviços essenciais, da tecnologia e da capacidade logística das unidades afetadas. • Promover o remanejamento emergencial de materiais, equipamentos, insumos e recursos disponíveis para atendimento das necessidades prioritárias. • Apoiar a contratação ou o acionamento emergencial de serviços, materiais e soluções necessários, observada a legislação vigente. • Articular com fornecedores, concessionárias e demais instituições responsáveis medidas para restabelecimento ou manutenção dos serviços essenciais. • Consolidar as necessidades de recursos e encaminhar à gestão para avaliação quanto à mobilização de recursos adicionais. • Manter registro das providências administrativas, recursos mobilizados, ocorrências e pendências durante a situação de crise.

8. NECESSIDADE DE APOIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE:

N	NECESSIDADE IDENTIFICADA	JUSTIFICATIVA	APOIO ESPERADO
1	Orientação aos municípios sobre o incremento financeiro emergencial do MS (Port. 7.874/2025) no âmbito da APS, AES, Vigilância ou Assistência Farmacêutica.	Em situações de emergência em saúde pública, é essencial o acesso ao recurso emergencial em tempo oportuno para desenvolvimento de ações de resposta. Para isso, é necessário que os entes estejam adequadamente orientados sobre os critérios, informações necessárias e fluxos de solicitação.	DEMSP/MS apoiar através de orientação técnica sobre: - informações necessárias para subsidiar a solicitação; - fluxo de solicitação; - quantidade de parcelas; - utilização do recurso; - prestação de contas.
2	Implementação de ACS já credenciados e solicitação/ alterações de tipologia de equipes de saúde da família ribeirinhas (eSFR).	Necessidade de fortalecimento da atenção primária nos municípios para ampliar a capacidade instalada e a ampliação do acesso.	DESF/SAPS apoiar o estado no levantamento de capacidades das equipes e dos incentivos financeiros à APS dos 15 municípios de RR; Orientar a APS do estado para apoiar os municípios na utilização do sistema e-gestor e Gerencia APS para tomadas de decisões.
3	Mapeamento de capacidades de contratação e qualificação de profissionais para, posteriormente, planejar estratégias de educação permanente.	Identificar as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os respectivos pontos de apoio, incluindo sua localização nos municípios.	MS apoiar na qualificação das equipes;
4	Capacitação para sinais e sintomas relacionados as doenças e agravos afetados pela seca, estiagem, incêndios florestais e calor extremo.	Sensibilização das equipes da atenção primária para identificação dos impactos das mudanças climáticas e dos protocolos atualizados para manejo.	Apoiar o estado na oferta de oficinas presenciais de capacitação para os profissionais assistenciais sobre os impactos dos eventos climáticos extremos na saúde da população.
5	Ampliação de profissionais AES de forma emergencial	Em situações de emergência em saúde pública, pode haver a necessidade de ampliação de profissionais para fortalecimento da capacidade assistencial do estado, principalmente no atendimento a migrantes e refugiados, em especial para realização de barreira sanitária em Pacaraima, Bonfim, Uiramutã e Normandia.	Diagnóstico da situação e envio de equipes assistenciais da Força Nacional do SUS, quando solicitado.
6	Saúde Indígena	Necessidade de mapeamento de capacidades de resposta do DSEI para apoiar o planejamento de ações de	Apoio da SESAI na articulação e sensibilização dos DSEIs quanto ao atendimento da população

		resposta integradas com as SMS e a SES.	indígena para situações de seca/estiagem, calor extremo e incêndios, e planejamento de ações conjuntas com o estado.
7	Sensibilização dos ANM (CPRM) e ANA quanto as estações de monitoramento de RR.	Atualmente, as estações estão inoperantes por falta de manutenção, dificultando o monitoramento climático e a definição de prioridades pelo setor Saúde.	MS apoiar na articulação e sensibilização dos órgãos federais responsáveis, a fim de viabilizar a manutenção e operacionalização das estações.
8	Apoio logístico aéreo	Mediante extrapolação dos contratos de apoio logístico aéreo já estabelecidos pelo estado, prevê-se uma necessidade de apoio federal.	Apoiar na articulação de apoio aéreo das Forças Armadas, quando necessário.
9	Insumos laboratoriais emergenciais para os agravos relacionados aos impactos do El Nino	Possível extrapolação dos insumos do estado, diante do aumento de demandas por exames laboratoriais.	Análise e envio de insumos laboratoriais de forma emergencial para apoiar o estado, quando solicitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano de Preparação do Setor Saúde do Estado de Roraima para os Impactos do El Niño 2026–2027, no âmbito da saúde, estabelece diretrizes para a preparação, vigilância e resposta dos serviços de saúde diante dos riscos e impactos da seca e estiagem. A articulação entre vigilância, assistência à saúde e outras áreas estratégicas é fundamental para minimizar ou evitar os efeitos desse evento na saúde da população, especialmente em grupos vulnerabilizados.

A definição de estágios operacionais permite uma resposta proporcional à gravidade do evento, garantindo que medidas de resposta, principalmente, sejam implementadas de forma oportuna. Ações como o monitoramento de doenças e agravos relacionados à seca e estiagem, a vigilância da qualidade da água para consumo humano (Vigiagua), o fortalecimento da rede de assistência e a comunicação de risco são determinantes para reduzir os impactos na saúde pública.

A efetividade deste plano depende da mobilização intersetorial, do monitoramento contínuo dos indicadores de saúde e ambientais e da capacitação das equipes envolvidas.

A revisão periódica, com base nas lições aprendidas, permitirá o aprimoramento de estratégias e fortalecimento dos sistemas de saúde frente a eventos extremos.

Dessa forma, este plano se configura como um instrumento essencial para a proteção da saúde da população em cenários de ocorrência do fenômeno climático El Niño, que agrava e intensifica as consequências dos Desastres Estiagem, Seca e Incêndios Florestais, contribuindo para a redução de riscos e impactos sobre a saúde pública e a preservação da capacidade de resposta dos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. *Funai monitora estiagem e incêndios em Roraima e promove ações para amenizar efeitos nas comunidades indígenas*. Brasília, DF: FUNAI, 29 fev. 2024. Essa é a fonte que sustenta parte importante do relato sobre a estiagem de 2023–2024 e seus impactos nas comunidades indígenas, já utilizada no seu Plano.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. *Atlas Digital de Desastres no Brasil*. Brasília, DF: MIDR, 2023. Esta é a forma de citação recomendada pelo próprio Atlas e é mais adequada do que a referência atual com “s.d.”.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Ministério da Saúde apresenta a secretários estaduais plano de preparação para o El Niño 2026–2027*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 27 ago. 2026a.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Ministério da Saúde alerta estados e municípios sobre possível aumento de arboviroses no país devido ao El Niño*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 22 jul. 2026b.

BRASIL. Ministério da Saúde. *SUS reforça preparação em todo o país para antecipar riscos e proteger população dos impactos do El Niño*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1 set. 2026c.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Mudanças climáticas para profissionais de saúde: guia de bolso*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Queimadas e incêndios florestais: alerta de risco sanitário e recomendações para a população*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS – CEMADEN. *Nota Técnica nº 427/2026/SEI-CEMADEN: El Niño 2026/2027*. São José dos Campos, SP: CEMADEN/MCTI, 2026a. A nota técnica é oficial e trata diretamente das projeções e possíveis impactos do El Niño 2026–2027.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS – CEMADEN. *Boletim do Painel El Niño nº 2: julho de 2026: potenciais impactos e orientações.* São José dos Campos, SP: CEMADEN/MCTI, 2026b.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS – CEMADEN. *Boletim do Painel El Niño nº 3: agosto de 2026: potenciais impactos e orientações.* São José dos Campos, SP: CEMADEN/MCTI, 2026c. O boletim destaca o risco associado à seca, redução das chuvas, altas temperaturas e incêndios.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados.* Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo: segunda apuração.* Rio de Janeiro: IBGE, 2023. O próprio IBGE informa que os resultados oficiais da população indígena dessa apuração foram divulgados em 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2025.* Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Para Roraima, a estimativa oficial é de **738.772 habitantes**, exatamente o valor apresentado no Plano.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Roraima: Cidades e Estados.* Rio de Janeiro: IBGE, 2026. A base registra área territorial de 223.505,058 km², população censitária de 636.707 habitantes, densidade de 2,85 hab./km² e estimativa de 738.772 habitantes para 2025.

INMET – INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. *EL NIÑO tem 90% de probabilidade de se configurar como muito forte no trimestre de Setembro-Outubro-Novembro.* Brasília, DF: INMET, 1 set. 2026a.

INMET – INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. *Setembro: como será o clima no Brasil?* Brasília, DF: INMET, 31 ago. 2026b. A previsão oficial indica chuvas abaixo da média em grande parte de Roraima.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Painel El Niño 2026–2027: terceiro boletim sobre o monitoramento do fenômeno no Brasil.* São José dos Campos, SP: INPE, 2026. Essa referência é necessária porque o próprio Plano utiliza a citação “INPE, 2026” na caracterização do cenário.

RORAIMA. Governo do Estado. *Lei Complementar nº 323, de 2 de agosto de 2022.* Dispõe sobre a criação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima – ZEE-RR e dá outras providências. Boa Vista, 2022.

RORAIMA. Governo do Estado. *Decreto nº 35.558-E, de 24 de fevereiro de 2024.* Declara situação de emergência nos municípios de Amajari, Alto Alegre, Cantá, Caracaraí, Iracema, Mucajaí, Pacaraima, Normandia e Uiramutã, afetados por estiagem – COBRADE 1.4.1.1.0. Boa Vista, 2024.

RORAIMA. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. *Relatório Executivo do Clima do Estado de Roraima para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima – ZEE-RR.* Elaboração: Fábio Luiz Wankler e Carlos Sander. Boa Vista: SEPLAN, 2019.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Saúde. *Plano Estadual de Saúde de Roraima 2024–2027.* Boa Vista: SESAU/RR, 2024. É uma boa referência para a parte de organização e capacidade instalada da Rede de Atenção à Saúde.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Saúde. Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde. *Boletim Vigidesastres: seca, estiagem e queimadas.* Boa Vista: SESAU/CGVS, 2024.